



UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DOCENTE PARA
A EDUCAÇÃO BÁSICA
MESTRADO PROFISSIONAL

MARIANE FERREIRA MORLIN

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: sua importância no Ensino Médio

Uberlândia, MG

2023

MARIANE FERREIRA MORLIN

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: sua importância no Ensino Médio

Dissertação/produto apresentado à banca examinadora como pré-requisito a obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba.

Orientador: Prof.º Dr. Cílon César Fagiani.

Linha de Pesquisa: Educação Básica – Fundamentos e Planejamento.

Uberlândia, MG

2023

i

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Morlin, Mariane Ferreira.
M827e Educação financeira : sua importância no ensino médio / Mariane
Ferreira Morlin. – Uberlândia (MG), 2023.
82 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-
Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a
Educação Básica. Linha de pesquisa: Educação Básica - Fundamentos e
Planejamento.

Orientador: Prof. Dr. Cílon César Fagiani.

1. Educação financeira. 2. Conscientização. 3. Ensino médio. 4.
Educação básica. I. Fagiani, Cílon César. II. Universidade de Uberaba.
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação. III.
Título.

CDD 370

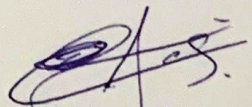
MARIANE FERREIRA MORLIN

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: SUA IMPORTÂNCIA NO ENSINO MÉDIO

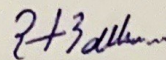
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 27/02/2023

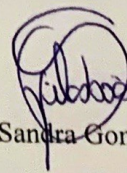
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cilson César Fagiani
(Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof. Dr. Raul de Freitas Balbino
Universidade Federal de Uberlândia –
UFU



Profª. Drª. Sandra Gonçalves Vilas
Bôas
Universidade de Uberaba – UNIUBE

AGRADECIMENTOS

O mestrado foi uma experiência única e incrível, de excepcional aprendizado acadêmico, pessoal e profissional. Ao final um sentimento de gratidão por esta etapa concluída e por todas as pessoas que me ajudaram neste processo.

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de cursar o mestrado, foi numa época tão caótica em nosso país e no mundo, no momento que minha mãe se encontrava internada com COVID e minha irmã também enferma, mas Deus permitiu que eu não contraísse o vírus para assim poder participar do processo seletivo. Por todo este momento que Ele esteve comigo, oferecendo o suporte que eu precisava, escrevo o meu agradecimento com o coração grato por tudo isso.

Agradeço ao professor Cilson César Fagiani por me orientar e por confiar em mim. Obrigada pela disposição, dedicação e comprometimento. De fato, aprendi muito com o senhor. Muito obrigada por todos os seus conselhos e pela sensibilidade com o tema Educação Financeira. Inspirou-me com o seu conhecimento e senso de responsabilidade na pesquisa científica.

Agradeço também aos professores que compõe este programa de mestrado. Foram 24 meses de muito aprendizado. Ao professor Osvaldo Freitas de Jesus que carinhosamente dispôs de seu tempo para nos preparar para o Exame de Proficiência e a todos os colaboradores da Universidade de Uberaba que permitiram esta jornada se tornar possível e agradeço também aos colegas de classe.

Gostaria de agradecer a todos os meus amigos que estiveram comigo durante a pesquisa, aos meus colegas de trabalho e o apoio da Universidade Federal de Uberlândia que, através dos benefícios que me foram concedidos, tornou isso possível.

Sou muito grata à minha família pelo cuidado e apoio, especialmente meus pais, Luperce Nunes e Carmem Morlin, que me ensinaram a força que um estudo pode ter na vida das pessoas, minha irmã Lauriane Morlin, meu namorado Pedro Tannús, e minha irmã de 4 patas Nina. Neles eu sempre encontrei apoio e inspiração. As dificuldades e alegrias desta jornada tornaram-se de todos.

Por fim, agradeço o apoio das pessoas próximas que foram fundamentais no decorrer do mestrado e principalmente nos momentos finais, que entenderam a minha ausência e me ajudaram de alguma forma e ao final compartilharam grandes momentos comigo. Agradeço a amizade, o carinho e a compreensão.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: sua importância no Ensino Médio

Resumo:

A conscientização da amplitude da Educação Financeira na sociedade, a qual buscamos neste trabalho, pode trazer benefícios aos sujeitos sociais diante da utilização da renda proveniente do seu trabalho. Entende-se que há a necessidade de instigar cidadãos para que futuramente saibam lidar com o dinheiro de maneira consciente para adquirirem uma vida financeira saudável, evitando os problemas financeiros que a relação capital e trabalho tem por princípio induzir. A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação: formação docente para a Educação Básica – Mestrado Profissional e tem como objeto de estudo a Educação Financeira no Ensino Médio e a inserção desta na sociedade. A partir do estudo realizado, acredita-se que a Educação Financeira na Educação Básica contribui tanto para o desenvolvimento pessoal e profissional do sujeito social. O objetivo do estudo foi demonstrar ao docente a importância da conscientização sobre o planejamento financeiro familiar, de seus aspectos mais simples até os mais complexos, permitindo assim, melhor desenvolvimento de trabalho em sala de aula, possibilitando, tanto aos docentes, quanto aos discentes, a adequação de seu comportamento financeiro e assim o entendimento maior de como funciona a sociedade capitalista. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa no que se refere à necessidade de debate sobre a Educação Financeira nas escolas. Importa evidenciar a importância da conscientização do tema no âmbito da Educação Básica, especificamente, no Ensino Médio, quando os jovens estarão na iminência de ocupar postos de trabalho e fazer o seu planejamento financeiro. Neste contexto a BNCC conjugada ao Novo Ensino Médio condiciona e não determina o ensino da Educação Financeira. Esta pesquisa permitiu avançar no conhecimento sobre a temática e na produção de um material de apoio que pode ser reproduzido e distribuído nas escolas, intitulado de “Cartões Educativos sobre Educação Financeira” para docentes e discentes do Ensino Médio, que promova a conscientização dele e de seus alunos acerca da importância e necessidade da Educação Financeira. Autores como Saviani, D'Aquino, Fagiani, entre outros foram utilizados na construção do referencial teórico, juntamente com documentos relevantes na área, como: base de dados da CAPES, CF/88, LDB/96, BNCC, mídia digital, DIEESE, dentre outros.

Palavras-Chave: conscientização. educação básica. educação financeira escolar; ensino médio.

Abstract:

The awareness of the breadth of Financial Education in society, which we seek in this work, can bring benefits to social subjects in the face of the use of income from their work. It is understood that there is a need to encourage citizens to in the future know how to deal with money in a conscious way to acquire a healthy financial life, avoiding the financial problems that the capital and labor relationship has as a principle to induce. This research was developed within the scope of the Graduate Program in Education: teacher training for Basic Education - Professional Master's degree and has as object of study financial education in high school and its insertion in society. From the study conducted, it is believed that Financial Education in Basic Education contributes both to the personal and professional development of the social subject. The aim of the study was to demonstrate to the professor the importance of awareness about family financial planning, in its simplest to the most complex aspects, which can better develop their work in the classroom, enabling them to adequate financial behavior and thus a greater understanding of how capitalist society works. A bibliographic and documentary research was carried out with a qualitative approach regarding the need for debate on Financial Education in schools. It is important to highlight the importance of raising awareness of the theme in the field of Basic Education, specifically in high school, when young people will be on the lookout for jobs and doing their financial planning. In this context, the BNCC combined with the New High School conditions and does not determine the teaching of Financial Education. This research allowed us to advance in the knowledge on the theme and in the production of a material to support the teaching work in high school, which promotes the awareness of its students about the importance and need of financial education. Authors such as Saviani, D'Aquino, Fagiani, among others were used in the construction of the theoretical framework, along with relevant documents in the area, such as: CAPES database, CF/88, LDB/96, BNCC, digital media, DIEESE, among others. The lack of awareness of the breadth of financial education in society can bring serious financial and family crises. The opposite of this statement can provide a safe and controlled life. It is understood that there is a need to instigate citizens so that in the future they will know how to deal with money in a conscious way to acquire a healthy financial life, avoiding financial problems. The present research has as its object of study financial education in high school and its insertion in society. It is believed that financial education in basic education contributes both to the personal and professional development of the social subject as well as to the economy of our country. Therefore, it is intended, with this study, to demonstrate the necessary awareness of financial education in its simple and complex aspects for the teacher, who will be able to teach his students better, enabling them to have adequate financial behavior. The research has a bibliographic and documentary nature with a qualitative approach regarding the need for debate on financial education in schools. It is important to highlight the importance of raising awareness of the issue in the context of basic education, specifically in high school, when young people are on the verge of going out to work and making their financial planning. It is hoped with this research to advance the knowledge of this area, in the production of material to support the teaching work of financial education in high school, in the awareness of high school graduates about the financial issue that involves society and, particularly, life. For this, the documents researched are: CAPES database, CF/88, LDB/96, BNCC, digital media, DIEESE, among others.

KEYWORDS: Awareness. Basic Education. School Financial Education. High School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Ranking dos tipos de endividamento.....	25
Figura 02 - Impactos emocionais e financeiros.....	26
Figura 03 - Perfil de Participantes.....	50
Figura 04 - EF nas Escolas em Belo Horizonte	50
Figura 05 - Painel em Brasília.....	51
Figura 06 - Competências adquiridas com o conteúdo de Educação Financeira	62
Figura 07 - Cartão educativo: Educação Financeira	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Quantitativo de Trabalhos “Educação Financeira no Ensino Médio” Publicados na Plataforma	33
Gráfico 02 - Quantitativo de iniciativas x ano.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Trabalhos analisados.....	33
Quadro 02 - Salário mínimo nominal e necessário	46
Quadro 03 - Custo e a variação da cesta básica nas capitais – outubro de 2022.....	46

LISTA DE SIGLAS

ABAC – Associação Brasileira de Administradores de Consórcios
BACEN – Banco Central
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNPQ - Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados
COREMEC - Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF - Fórum Brasileiro de Educação Financeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC - Ministério da Educação
OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
PEIC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SFN - Sistema Financeiro Nacional
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SUSEP - Superintendência de Seguros Privados
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UNIUBE - Universidade de Uberaba

Sumário

Seção 1.	Memorial de Mariane Ferreira Morlin: a trajetória de uma mestranda em educação	15
Seção 2.	Introdução	20
	2.1 Procedimentos metodológicos	30
Seção 3.	Breves descrições e análises das produções	32
	3.1 Quadros com os trabalhos analisados	32
Seção 4.	Políticas nacionais de educação financeira	44
	4.1 Análise sobre o salário mínimo brasileiro	44
	4.2 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)	47
	4.3 Sistema Financeiro Nacional (SFN)	51
	4.4 Contexto da reforma do ensino médio - Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	55
	4.5 Reforma do Ensino Médio e temas contemporâneos Transversais na BNCC: temas especiais e temas contemporâneos	59
	4.6 A abordagem docente	65
Seção 5.	Produto educacional	67
	5.1 Apresentação	67
	5.2 Título do Produto Educacional	67
	5.3 Público-Alvo e Nível de Ensino	67
	5.4 Objetivos.....	68
	5.5 Descrição do Produto Educacional.....	68
	Considerações finais	73
	Referências	74

SEÇÃO 1. MEMORIAL DE MARIANE FERREIRA MORLIN: A TRAJETÓRIA DE UMA MESTRANDA EM EDUCAÇÃO

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar” (PAULO FREIRE, 1977, p. 155).

Primeiramente, antes de iniciar meu texto, quero agradecer a Deus pelo dom da vida e a meus pais que sempre cuidaram de mim com tanto amor. Todas as minhas conquistas, eu devo a eles!

Ao escrever o memorial fui recordando todas as escolhas que fiz ao longo do caminho trilhado até esse momento e as memórias me fizeram ter a certeza de que, apesar do percurso nem sempre ter seguido uma linha reta, fui muito feliz em minhas escolhas. A vida é feita de momentos, de idas e vindas, de diferentes escolhas, de opções, de tropeços, de acertos e de aprendizado. Enfim, esse trajeto me trouxe até esse momento diante de uma bela reflexão sobre a minha trajetória pessoal e acadêmica.

Sou filha de pai mineiro, Luperce Ferreira Nunes e de mãe gaúcha, Carmem Morlin. Uma bela mistura, não? Nasci em um domingo, às 12 h (informação importante para quem adora signos), em 06 de dezembro de 1987, em Porto Velho, Rondônia, local onde vivi com meus pais por alguns anos. Posteriormente, mudamos para a cidade de Uberlândia – Minas Gerais, onde eu moro até os dias atuais. A escolha da cidade foi em razão de a família do meu pai nela morar. Com o tempo, fui construindo a minha vida nessa cidade pela qual tenho um carinho muito especial. Ah! Tenho uma irmã, não vou descrevê-la, pois em uma página seria insuficiente. Hoje somos cinco: eu, meus pais, minha irmã e minha outra irmã de quatro patas, a Nina.

Em relação à minha trajetória educacional, sempre estudei em escolas públicas e particulares, sendo que a maior parte dos anos foi em escola particular (Objetivo e COC), pois meus pais sempre me incentivaram nos estudos e entendiam que a educação era muito importante, tanto que me formei em Administração e minha irmã em Medicina.

Sempre tive facilidade com a área de humanas. Ah! Adorava as aulas de História, por exemplo, sempre ia muito bem! Mas, nas aulas da área de Exatas eu ia razoavelmente bem. No entanto, sempre fui uma boa aluna e nunca fui reprovada, ou seja, nunca repeti o ano escolar. Quando foi para eu escolher a formação superior, confesso que houve muitas dúvidas, pois é uma decisão difícil para a maioria dos jovens. Inicialmente, pensei em escolher o Curso de

Psicologia e/ou Odontologia, mas depois decidi pelo Curso de Administração, decisão essa que me deixou muito realizada e feliz!

Ao cursar Administração no Centro Universitário do Triângulo - UNITRI, deparei-me com os desafios, incertezas e escolhas da vida; afinal, estava me preparando para a vida adulta. Eu amava a disciplina de Marketing e a de Gestão de pessoas, mais uma vez a área de humanas sendo presente em meus estudos. Nesse período, também descobri novos saberes, como a Contabilidade e a Matemática Financeira.

Vale ressaltar que meus pais são concursados; meu pai era servidor da Prefeitura Municipal de Uberlândia e ocupava o cargo de agrônomo e de professor; já minha mãe é nutricionista e trabalhava no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. Hoje, ambos estão aposentados em seus respectivos cargos públicos. Lembro-me que, na época da faculdade, eles sempre falavam para eu estudar para concursos, mas eu sonhava em ter minha empresa no ramo da moda.

Fiz meu primeiro estágio do Curso de Administração no Center Shopping, local onde me destaquei e que me abriu outras oportunidades. Uma delas foi ser estagiária na área de *marketing* na empresa Policard, um período de estágio em que aprendi muito e acabei me apaixonando ainda mais pelo *marketing* e pela publicidade e propaganda. À época, cheguei a me interessar pelo curso de publicidade.

Posteriormente, fui convidada para trabalhar em uma loja no Center Shopping, acabei aceitando a proposta de emprego da Senhora Nilma, proprietária de uma indústria de alimentos naturais, Fitovida e, durante esse período, aprendi muitas coisas, inclusive a gerir uma empresa. Por ser uma empresa de pequeno porte e pelo fato de a Sra. Nilma gostar muito do meu trabalho, acabei participando da gestão da empresa.

Vale destacar que, assim que me formei, iniciei um curso de pós-graduação *lato sensu* na Fundação Getúlio Vargas - MBA - experiência em Gestão Empresarial. Foi uma experiência incrível, período em que conheci excelentes professores, ampliei meus conhecimentos e adquiri um olhar mais crítico para a minha área.

Nesse período, quando me formei, conheci a Senhora Vera Mendes, proprietária do Ateliê Vera Mendes; à época, ela desenhou o meu vestido de formatura e disso acabou surgindo o convite de ser sua sócia em seu ateliê de noivas. Eu explodi de felicidade, afinal, era o meu sonho, então decidi encarar o desafio e lá fiquei por alguns anos administrando e gerindo nosso ateliê. Quando me tornei sócia, o ateliê já tinha um bom tempo de mercado, mas participei de decisões importantes, como a expansão da empresa, a criação de uma galeria em Uberlândia na

Avenida Nicomedes Alves dos Santos – Via Voga, local que existe até hoje, assim como o ateliê.

Foram anos importantes de minha vida, de muito aprendizado, de crescimento, de acertos, de sucessos e insucessos, condições normais na vida de um empresário. Quando criamos a galeria, surgiu a oportunidade de criar a minha própria marca e de, além do ateliê, eu ter a minha loja. Nessa época, eu era apaixonada pelo mundo da moda e, além de pensar em cursar publicidade, pensei também em cursar moda. Ah! Lembro-me de ir à faculdade para ver a grade do curso.

No entanto, com a expansão do ateliê e a criação da minha marca, deixei o curso de moda para um outro momento; afinal, a marca foi um sucesso, acabei definindo para a empresa um *marketing* inovador e despertando a curiosidade nas mulheres. As minhas peças eram uma novidade na época, pois tinham como diferenciais os bordados e modelos únicos, *handmade*. Foram momentos únicos e de muito aprendizado e crescimento, afinal, tinha realizado um sonho em dose dupla: ter o meu negócio e, ainda, no ramo da moda!

Em 2014, comecei a repensar a rotina desgastante que eu levava e o que eu desejava para a minha vida, foi quando eu me lembrei do conselho dos meus pais: “Filha, estuda para concurso”. Inicialmente pensei em um dia ser professora na Universidade Federal de Uberlândia, por ser algo que eu sentia uma certa afinidade, porém, dediquei-me aos estudos para outros concursos.

Essa decisão foi uma escolha difícil, pois houve renúncias e incertezas, foi um ano e meio dedicando-me apenas aos estudos. Neste período, eu estudava todos os dias por cerca de 8 horas e quando havia concurso, eu chegava a estudar 10 horas (um tempo extremamente exaustivo). Fiz meu primeiro concurso para o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, fiquei bem classificada e, com esse incentivo, segui prestando outras provas até ser aprovada no cargo de administradora na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O concurso de administrador foi um presente de Deus, dos tantos que já recebi, o melhor até hoje. Eu sou muito grata por esta conquista! Ah! E estou muito feliz por trabalhar na UFU! Diante disso, começava a minha jornada na área da educação.

Na época, para me preparar para concursos, fiz alguns cursinhos, dentre eles, o ICL – Cursos. Por ocasião da aprovação no concurso da UFU, o proprietário do ICL me convidou para fazer um teste para ministrar aulas de Administração. Consegui! Fui aprovada! Ele disse que, até então, havia sido o melhor teste que ele aplicara. Com isso, iniciei as aulas de Administração para o concurso da Prefeitura de Uberlândia e, posteriormente, ministrei aulas

de Arquivologia e de Administração para outros concursos. Ainda sigo com as aulas, quando há edital.

Na UFU, fui trabalhar no Setor de Recursos Humanos, área em que eu me identifico bastante e gosto. Fiquei 01 (um) ano trabalhando na Divisão de Controle Técnico - DICOT, que tem como principais atribuições o levantamento de informações para subsidiar o Relatório de Gestão, o Anuário UFU, Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, a manutenção do Sistema SIE/SG - RH, acompanhamento e elaboração da identidade funcional (Ativos) e institucional (Aposentados), a manutenção de PCA's (Registro funcional do servidor no SIAPE), RAIS UFU e suporte ao acesso dos usuários do SEI e Imprensa Nacional, aos Sistemas do ME (Ministério da Economia), sendo eles: SIAPE, SIASS, E-Pessoal, SIORG, Módulos SIGEPE.

Após 01 (um) ano, fui convidada pela diretora Alexandrina Alzamora, para coordenar a área de cadastro, Divisão de Movimentação e Registro, responsável pelo registro das informações dos servidores nos sistemas SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal) e E-pessoal (Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão - TCU), pela operacionalização e fornecimento de informações referentes ao cadastro pessoal/funcional, bem como a emissão de declarações e certidões de tempo, gestão de férias, desbloqueio de acesso ao Sistema SIGEPE para servidores ativos e operacionalização do novo sistema SOUGOV. Ser líder na administração pública é um desafio muito grande, até então diferente do que já havia experienciado.

Somado a isso, desde quando entrei na UFU como servidora, eu tinha interesse e definido como próximo objetivo fazer o mestrado, pois além de trabalhar em um ambiente voltado para área acadêmica, para nós, servidores de carreira, há incentivos financeiros. Então, foi a partir disso e da vontade de continuar estudando, de adquirir aprendizado e de viver algo novo, que me inscrevi no Programa de Mestrado Profissional em Educação na Universidade de Uberaba (UNIUBE).

E por que me inscrevi na área da educação e não na minha área de formação? Justamente por desejar viver algo novo e diferente do que eu já estava acostumada. Tenho vasta experiência em minha área de formação, ademais, já tinha realizado o Curso MBA em gestão empresarial na FGV, então, a ideia era buscar algo relacionado à minha atuação profissional e que eu tivesse afinidade. Isso seria o ideal.

Em meio ao caos, pico de pandemia, minha mãe internada devido às complicações do Covid-19, minha irmã também diagnosticada com Covid-19, inscrevi-me para participar do

processo de seleção ao Programa de Pós-graduação em Educação: Formação Docente para a Educação Básica em nível de Mestrado Profissional - 2021 - UNIUBE. E deu tudo certo! Fui aprovada no programa e aqui estou fazendo meu memorial. Sou muito grata pela nova experiência e por mais este presente de Deus em minha vida.

Termino o texto e neste momento me sinto feliz e orgulhosa ao reler minha trajetória e também por fazer parte deste programa com profissionais altamente qualificados. Com a pesquisa, pretendo deixar minha contribuição, qual seja: a produção de um material de apoio ao trabalho docente da Educação Financeira no Ensino Médio.

SEÇÃO 2. INTRODUÇÃO

Sobre o tema Educação Financeira Savoia, Saito e Santana (2007), a definem como uma forma de transmissão de saberes, que permite aos sujeitos competências para tomarem decisões assertivas quanto às suas finanças pessoais, que geram bem-estar a estes indivíduos. Para Matta (2007) a Educação Financeira é a soma de conhecimentos que assessora indivíduos no tocante a tomarem as melhores decisões financeiras em busca de qualidade de vida no presente e no futuro.

O elevado índice de endividamento da população no país e o pouco conhecimento sobre finanças, faz-se necessário educar os estudantes, possibilitando, assim, mudança de comportamento, a fim de torná-los mais conscientes quanto ao uso do dinheiro quando adultos.

Portanto, Educação Financeira é o processo de gerar reflexão e conscientização dos conceitos financeiros em seu sentido mais amplo, permitindo às pessoas tomar decisões mais inteligentes e racionais promovendo assim, uma boa manutenção do sistema financeiro e tornando a sociedade mais igualitária. Quando o indivíduo possui controle financeiro a partir de sua renda, ele vive melhor, porquanto consegue ter uma vida mais tranquila e saudável. O ideal seria que o trabalhador ganhasse uma remuneração justa que proporcionasse realizar esse controle financeiro.

Além disso, problemas financeiros podem gerar prejuízos emocionais e afetar as relações e o seu dia a dia. Realizar uma boa gestão de suas finanças é importante, uma vez que pode contribuir para uma independência financeira e quem sabe, uma aposentadoria tranquila.

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015), define:

O processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro. Educação Financeira, portanto, vai além do fornecimento de informações e aconselhamento financeiro, o que deve ser regulado, como geralmente já é o caso, especialmente para a proteção de clientes financeiros (por exemplo, consumidores em relações contratuais) (OCDE, 2005, s/p).

Essa definição foi extraída do documento "Recomendações sobre os princípios e boas práticas para a Educação Financeira e consciência", ela é considerada como ponto de partida

para os países membros e convidados na construção de suas propostas de Educação Financeira. Uma das conclusões dessas recomendações é que a Educação Financeira deve começar nas escolas.

Melo (2016) discorre sobre a Educação Financeira na contemporaneidade, segundo o autor, vivemos um tempo de mudanças profundas e céleres e que estas influenciam os indivíduos em suas decisões na área financeira, que, quando tomadas conscientemente, podem implicar em uma melhor qualidade de vida.

O tema Educação Financeira é relativamente novo no cenário brasileiro. Em 2010, foi instituído pelo governo através de um Decreto Presidencial nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e as diretrizes básicas de Educação Financeira (BRASIL, 2010a).

Essa estratégia envolve instituições privadas e públicas, de âmbito federal, estadual e municipal e tem como proposta implementar a Educação Financeira na Educação Básica, sob orientação do Ministério da Educação (MEC) com o apoio das secretarias de educação estaduais e municipais (BRASIL, 2010a).

Nesse sentido, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) tem como objetivo promover a Educação Financeira e previdenciária às crianças, aos jovens, em primeiro lugar e depois aos adultos, bem como permitir as pessoas realizarem escolhas conscientes (BRASIL, 2010a).

Surgiram vários programas da ENEF com o objetivo de conscientização sobre Educação Financeira, dentre eles: Programa Educação Financeira nas Escolas, Programa Educação Financeira de Adultos e Semana Nacional de Educação Financeira.

O Decreto Presidencial nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 foi revogado e substituído pelo Decreto Federal 10.393 de 09 de junho de 2020, que “institui a nova ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF” (BRASIL, 2020, p. 02).

Vale ressaltar que um dos motivos da Criação da ENEF se deu em virtude das políticas públicas nacionais de inclusão social (BRASIL, 2014)¹ e devido à demanda da sociedade, às mudanças nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais, à evolução do Sistema Financeiro, consumismo e ao endividamento da população (SOARES; MARCHITO, 2019).

Outra contribuição vem de Savoia, Saito e Santana:

¹ <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/20340-conferencias-sobre-educacao-financeira-acontecerao-em-maio>

Três forças produziram mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal. Isso levou os países desenvolvidos a reduzirem o escopo e o dispêndio de seus programas de seguridade social, ou seja, houve o rompimento do paradigma paternalista do Estado (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1127).

O sistema financeiro vem se modificando e cada vez mais as pessoas possuem acesso a aplicações financeiras, maior concorrência entre as instituições financeiras, surgimento dos bancos digitais, aumento nas transações financeiras decorrente da tecnologia e do uso da internet e diversidade nas formas de pagamento.

Segundo a OCDE

Educação Financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas (OCDE, 2004, s/p).

No que tange à educação, foi incluída, em 2018, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Financeira entre os temas transversais que deverão fazer parte dos currículos de todo o Brasil, o que, a longo prazo, permitirá uma maior conscientização financeira e expansão responsável do uso do dinheiro. Em consonância ao que foi explicitado:

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação para o consumo, Educação Financeira e fiscal [...] (BRASIL, 2018, p.19).

Acredita-se que a discussão em sala de aula sobre Educação Financeira não se limita apenas em como lidar com o dinheiro de forma consciente, mas também nas questões éticas, no consumismo, nas interações humanas, no capitalismo, na tomada de decisão e, por fim, na discussão “precisar x querer”.

Segundo Silva e Powell (2013)

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que

vivem. (SILVA; POWELL, 2013, p. 12-13).

De fato, importa permitir aos alunos um olhar para a sua realidade e, com isso, eles poderão tomar decisões mais conscientes em relação a questões financeiras.

Entendemos que a Educação Financeira deve ser inserida em todas as fases da Educação Básica, em especial, no Ensino Médio, quando o jovem geralmente vai para o mercado de trabalho e devido à relevância do tema. Ela contribui para o desenvolvimento social, pois pode proporcionar aos estudantes habilidades e competências indispensáveis, afinal, a falta de consciência sobre Educação Financeira pode gerar aumento do endividamento futuros e sujeição ao capital desses indivíduos.

A Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde consideram adolescente pessoas de 10 a 19 anos e juventude de 15 aos 24 anos de idade. Dos conceitos apresentados os adolescentes jovens têm entre 15 e 19 anos e os adultos jovens de 20 a 24 anos de idade (BRASIL, 2007)².

Os juros interferem diretamente a vida das pessoas e saber lidar com situações cotidianas que envolvam juros é importante, segundo o autor Omar (2008), a taxa de juros desempenha um papel chave na tomada de decisões econômicas, já que interfere nos preços e nos custos de todos os setores da economia. Além disso, a taxa de juros básica, Selic, está relacionada à inflação, ao desemprego, à taxa de câmbio, aos fluxos de capital, à estrutura da balança de pagamentos e por fim no nível da dívida externa e interna. Quando a taxa de juros cai, o custo do crédito fica mais barato, isso gera um aumento no consumo, no empréstimo e no financiamento, quando há um aumento na taxa de juros isso afeta o investimento e o consumo negativamente e, conseqüentemente o crescimento da economia.

O endividamento também principalmente quando somado à inadimplência pode se tornar preocupante. Pois, quando o indivíduo contrai uma dívida para adquirir um imóvel ou um bem - leia-se alavancagem financeira, pode ser benéfica para o consumidor porém, quando o indivíduo não consegue quitar suas dívidas, gera inadimplência e pode afetar a vida do inadimplente tanto no aspecto emocional quanto no seu cotidiano.

Nesse sentido, Marques (2000) afirma que nem sempre o endividamento é ruim, uma vez que pode ser também encarado como uma estratégia do consumidor num contexto de crescimento econômico, como por exemplo, quando se realiza um financiamento para ser adquirida uma casa, ou bens materiais de longa duração.

² Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf

Já as consequências em virtude da inadimplência podem ser ruins. Anderloni e Vandone (2010) salientam que os indivíduos nesta situação tendem à exclusão financeira, ou seja, o indivíduo fica isolado dos ambientes financeiros, com dificuldades de acesso ao crédito ou ainda, sem a posse de uma conta bancária.

Somado a isso, Keese e Schmitz (2011) apontam sensações e problemas relatados por pessoas endividadas, tais como problemas de saúde, estresse e angústia, baixa percepção da capacidade de gerenciamento do dinheiro, menor sensação de bem-estar Financeiro e emoções negativas. Por isso, a Educação Financeira se faz tão importante no cotidiano dos indivíduos.

Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015) alertam que,

com a variedade de opções de produtos e serviços oferecidos pelo mercado, a influência do marketing e da sociedade onde as pessoas estão inseridas, surge o problema do endividamento. O endividamento ocorre por consequência dos gastos gerados por impulso ou por oportunidades e acabam afetando a vida das pessoas (GUIMARÃES; GONÇALVES; MIRANDA, 2015, p. 25).

Ainda nesse contexto, Pinheiro (2008) afirma que endividamento e Educação Financeira são conceitos interdependentes, pois o sujeito financeiramente educado consegue fazer escolhas conscientes e adequadas quanto a utilização dos seus recursos financeiros, ou seja, que as decisões financeiras tomadas não tragam danos no futuro. Ademais, a partir do entendimento de como funciona o mercado, a taxa de juros, a importância de poupar quando possível, e, o consumo consciente pode permitir ao consumidor a não sujeição ao sistema capitalista e pode gerar um impacto positivo na sociedade e na economia brasileira, uma vez que haverá uma maior arrecadação de impostos.

O número de famílias endividadas no Brasil tem crescido nos últimos anos. A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)³, realizada desde 2010 em todas as capitais e no Distrito Federal e apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) indica o nível de endividamento dos brasileiros bem como sua capacidade de pagamento. Segundo a CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo os dados coletados na pesquisa permitem verificar o percentual de consumidores endividados, percentual de consumidores que não conseguiram quitar suas dívidas, o tempo de endividamento, o nível da renda comprometida com a dívida, principais

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/peic>

tipos de dívidas, com isso é possível analisar o perfil dos endividados e realizar um comparativo de endividamento ano a ano⁴.

Em uma pesquisa realizada pela Peic em julho de 2021 e divulgada pela Agência Brasil, registrou-se, que 71,4% da população estava endividada, o maior recorde desde 2010 (AGÊNCIA BRASIL, 2022). Ainda, segundo a Agência Brasil, em 2015, no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) realizado em 2015 referente à competência financeira, o Brasil ficou na 15ª posição entre os 15 países que participaram do exame, ou seja, em último lugar.

Em 2021 (Figura 01), a Serasa, em parceria com a Opinion Box, realizou uma pesquisa do índice de endividamento da população e mensurou o impacto da pandemia na vida financeira dos brasileiros. Os resultados são bastante interessantes e trazem uma reflexão sobre o tema. Segundo a Serasa, os jovens de até 30 anos estão endividados e a principal dívida é com o cartão de crédito totalizando 29%; em 2º lugar, a dívida ocorre com as lojas, totalizando 21% (SERASA, 2021). Esses dados reforçam a intenção da presente pesquisa de levar Educação Financeira para as escolas, em todas as séries, e, em especial, no Ensino Médio⁵.

Figura 01 - Ranking dos tipos de endividamento



Fonte: SERASA (2021).

Depreende-se da Figura 01 que o cartão de crédito é o principal meio de endividamento do brasileiro, talvez pela facilidade de crédito e acesso e/ou pela necessidade de consumo a curto prazo. Porém esta modalidade de financiamento a curto prazo é arriscada, uma vez que os juros cobrados - caso o consumidor não consiga pagar a fatura são altos, e, quanto mais o consumidor parcela a dívida mais juros pagará, ocasionando um ciclo vicioso, uma vez que o

⁴ <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2023/01/dc8e5dca80097444ef03e1842cdd6ddf.pdf>

⁵ <http://portalabb.org.br/images/content/Sobre%20a%20Peic.pdf>

valor da dívida fica cada vez mais oneroso e o poder de pagamento da dívida contraída cada vez menor, deixando o indivíduo ainda mais vulnerável ao sistema financeiro.

Neste sentido, Donadio *et al.* (2012) mencionam que o acesso facilitado ao crédito, associado à falta de Educação Financeira no Brasil, faz com que as pessoas não compreendam os resultados que advêm do uso indiscriminado das formas de crédito oferecidas, principalmente o cartão de crédito.

O segundo maior tipo de endividamento ocorre em lojas, o que reforça o consumo excessivo no Brasil, motivado pela facilidade de pagamento, seja pelo cartão de crédito, PIX, crediário ou carnê. Sob esta ótica, Reis (2017) salienta que o acesso facilitado de crédito promoveu um aumento do consumo das famílias no Brasil, fato que pode implicar em um maior endividamento.

A Figura 01 evidencia também outros tipos de dívidas que os consumidores não conseguiram pagar, como despesas com água, luz, gás e telefone, empréstimos, cheque especial, educação, aluguel, impostos, financiamento do carro e do imóvel, dentre outros. Dados que corroboram mais uma vez, com a necessidade da Educação Financeira nas escolas.

Outros dados interessantes levantados na pesquisa são os impactos financeiros e emocionais que o endividamento causa na vida dos brasileiros e como isso afeta de maneira negativa na vida dessas pessoas. Segundo a pesquisa, os endividados não se sentem confortáveis com as dívidas, impactando até em sua vida social (SERASA, 2021), portanto, mais uma razão que justifica a necessidade da conscientização da Educação Financeira (figura 02).

Figura 02 - Impactos emocionais e financeiros



Fonte: SERASA (2021).

A Figura 02 aponta os impactos emocionais que as pessoas sentem quando estão endividadas, o mais comum é o sentimento de vergonha, seguido de insônia, ocasionados em virtude da preocupação com as dívidas. Elas impactam também a vida social dos indivíduos, os relacionamentos com a família, com o parceiro e com os amigos e a concentração em suas atividades do cotidiano.

Problemas financeiros podem influenciar o fim do relacionamento do casal e ocasionar até suicídio. Segundo Agência Brasil, o Centro de Valorização da Vida (CVV) recebe o contato de mais de um milhão de pessoas que relatam a vontade de desistir da própria vida e um dos motivos é por questões financeiras (LEAL, 2016). Há uma tendência da sociedade, dos pais e dos amigos pressionarem o indivíduo para que seja bem-sucedido financeiramente.

Em 2022, segundo a Agência Brasil, Dados da PEIC, divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, afirma que 78% das famílias brasileiras estão endividadas, o maior percentual até hoje⁶. Outro dado relevante é que houve queda no endividamento no cartão de crédito. Segundo a Confederação, a queda se deu devido os brasileiros buscarem alternativas de créditos mais baratos, como, por exemplo, carnês de loja e crédito pessoal (NITAHARA, 2022).

Para que haja mudança nos números apresentados uma possibilidade é a população se educar financeiramente. O presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira, Reinaldo Domingos aconselha que “é preciso mudar o comportamento em relação ao uso do dinheiro para construir uma vida mais sustentável financeiramente, tratar o problema na raiz, evitando assim entrar num ciclo de endividamento” (DOMINGOS, 2021, s/p)⁷.

Na sociedade em que vivemos, a atividade que traz renda para a maioria da população é o trabalho remunerado que, nas condições de hoje, nem sempre é adequadamente remunerado nem desenvolvido em condições decentes.

Especialista em Educação Financeira, D’Aquino (2009) comenta:

O grande desafio da educação não é educar para hoje, mas educar para que os resultados possam florescer em 15, 20, 30 anos. Nos dias atuais, em que ocorrem transformações tão abruptas e complexas, é preciso um grande esforço para educar as crianças não para este mercado de trabalho, tal como conhecemos e fomos educados para ele, mas para um mercado que mal podemos imaginar como será. Desenvolver o espírito empreendedor e estimular modos inovadores de raciocínio, por exemplo, são ferramentas essenciais à preparação de nossas crianças e jovens para o futuro. (D’AQUINO, 2009, s/p).

D’Aquino (2008) afirma que Educação Financeira não pode ser privilégio de crianças ricas ou de classe média. É justamente às camadas menos favorecidas da população que se deve dar prioridade neste aspecto. É sobretudo a essas pessoas - de pouquíssimos recursos - a quem se deve permitir conhecer, com urgência, como ganhar, gastar e poupar dinheiro.

⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/peic>

⁷ <https://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/02/2021/endividamento-e-inadimplencia-batem-recorde-veja-7-passos-para-sair-dessa-situacao>

Outro fator relevante e que justifica o recorte da presente pesquisa sobre a importância da Educação Financeira no Ensino Médio é que é neste momento que os jovens, em sua maioria, saem da escola e vão para o mercado de trabalho ou vão cursar o Ensino Superior e, assim, precisam lidar com situações que exijam tomada de decisões financeiras.

É uma fase que alguns jovens saem da casa dos pais e se deparam com situações novas, que exigem maturidade e responsabilidade financeira, por exemplo, o corte na mesada, alguns realizam estágio remunerado e vão receber bolsa de estudo e, a partir disso, vão ter de realizar escolhas em que gastar ou se irá poupar ou ajudar em casa. Então, neste momento, eles passam de coadjuvantes de suas decisões financeiras para autores principais de suas escolhas.

Os jovens, em sua maioria, são imediatistas e priorizam o momento presente e, as empresas percebendo isso oferecem produtos ou serviços que geram entretenimento. Portanto nesta nova etapa da vida dos jovens, é importante que eles desenvolvam consciência financeira e que sejam críticos em suas reflexões como, por exemplo, se eu cursar o Ensino Superior há possibilidade de ser melhor remunerado? Eu ganho X enquanto funcionário e o meu empregador? Se algo acontecer como a pandemia, por exemplo, eu estou preparado para lidar com situações adversas? Importa destacar que, atualmente, a sociedade vive em um contexto capitalista e consumista e inseridos neste ciclo vicioso, em que as pessoas se endividam cada vez mais para satisfazer desejos momentâneos.

Esta sociedade capitalista, por um lado, aumenta a riqueza intelectual e acelera o desenvolvimento das forças produtivas, com a produção de novos conhecimentos e novas tecnologias. Entretanto, por outro lado, exclui o acesso da maioria dos indivíduos às riquezas intelectuais e materiais obtidas, restringindo o acesso ao próprio conhecimento produzido, é centrada na obtenção de lucros e acumulação do mesmo nas mãos de poucos, valoriza de forma exacerbada o mundo das coisas, desvalorizando em proporção direta o mundo dos homens. O fetiche da mercadoria, assim o ter é importante e não o ser (FAGIANI, 2016, p. 114).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de uma consciência financeira é importante para que o jovem consiga lidar com o dinheiro de maneira tranquila em sua vida pessoal, mas também é necessário que ele desenvolva uma criticidade financeira em relação a sua família e sociedade. Compreende-se, portanto, que a Educação Financeira não é somente necessária à vida individual, mas também em sociedade, pois pode evitar crises graves.

O tema Educação Financeira é pouco discutido entre as famílias, acredita-se que não é um hábito das famílias brasileiras discutirem sobre este tema e isso repercute como um todo na escola, uma vez que naquele local ela não é assunto, pois professores também não obtiveram

Educação Financeira em seus lares e em sua formação inicial. Então, como ensinar?

Embora essa pesquisa tenha como foco o Ensino Médio, acredita-se que a inserção da Educação Financeira é importante desde os primeiros anos escolares, para que quando o jovem do Ensino Médio saia para o mercado de trabalho e para a vida adulta, esteja mais preparado até mesmo para fomentar o debate em casa. Muitos pais com consciência financeira transmitem aos seus filhos ensinamentos financeiros e nas escolas, esses mesmos filhos acabariam reforçando o aprendizado. Portanto, é um caminho longo que envolve não somente a escola, mas toda a sociedade e governantes.

Frente a esta discussão sobre Educação Financeira, a pesquisa apresentou como problemática o seguinte questionamento: **qual a importância da Educação Financeira ser abordada nas escolas, mais especificamente no Ensino Médio?**

A pesquisa tem como objetivo principal analisar e compreender a influência e a importância do conhecimento e utilização da Educação Financeira para e na vida das pessoas dentro do contexto da sociedade brasileira capitalista e a necessidade deste conhecimento ser bem desenvolvido na Educação Básica, particularmente no Ensino Médio.

Mais especificamente objetivou-se realizar um levantamento na literatura especializada sobre a situação da Educação Financeira nas escolas e evidenciar a necessidade da inclusão do tema no âmbito da Educação Básica, a fim de preparar os jovens a utilizarem o dinheiro de forma consciente e responsável; discutir como as questões financeiras interferem na vida das pessoas; analisar o porquê da necessidade de se desenvolver o tema Educação Financeira no Ensino Médio; analisar como a Educação Financeira é desenvolvida no Ensino Médio; identificar a necessidade da conscientização da Educação Financeira em seus aspectos simples e complexos para o docente e propor um material com as principais questões financeiras que interferem na vida das pessoas para o trabalho docente no Ensino Médio.

A estrutura do texto se configura da seguinte forma: Memorial Acadêmico; Introdução; Breves Descrições e Análises de Produções do tema desta pesquisa; Políticas Nacionais de Educação Financeira; Produto Educacional; Considerações Finais e Referência Bibliográfica.

Na seção 01 sobre o memorial acadêmico, a autora conta a sua trajetória de formação profissional, já na seção da introdução há uma discussão sobre o conceito Educação Financeira, um breve relato sobre a ENEF e os números de endividamento que justificam a escolha do tema, os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos, seguindo a orientação adotada por Severino (2013).

Na seção 02 breves descrições e análises das produções é apresentada uma pesquisa

bibliográfica sobre o tema “Educação Financeira no Ensino Médio”, nos anos de 2010 a 2022, destacando a importância do tema e, por conseguinte, ampliando o conhecimento sobre o assunto.

Na seção 03 sobre políticas nacionais de Educação Financeira abordamos a legislação de Educação Financeira, fortalecendo assim, o entendimento e a compreensão da necessidade da conscientização através da explicitação do salário-mínimo, cesta básica e outros conceitos que subsidiam o entendimento do tema. Detalhamos também a origem da ENEF, o Sistema Financeiro Nacional, bem como sua organização, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996, evidenciando os principais pontos da lei.

Ainda na seção 03, no tópico que aborda a BNCC é realizada uma análise sobre os seus desdobramentos focados na Educação Financeira, na Reforma do Ensino Médio e nos temas contemporâneos transversais e, por fim, é apresentada uma seção sobre abordagem docente analisando a problemática do docente e a EF, a dificuldade que o docente possui em desenvolver este tema na sala de aula, haja vista que ele não possui uma remuneração e capacitação adequada. Então como ensinar algo que não está em seu alcance? Os docentes, em sua maioria, não tiveram contato com a EF no Ensino Superior e nem na Educação Básica, então como prepará-lo?

Na seção 04 é apresentada a elaboração de um produto educacional consolidando a pesquisa desenvolvida, na seção 5 as considerações finais e por fim as referências bibliográficas.

2.1 Procedimentos metodológicos

Nessa seção do texto apresentam-se os procedimentos metodológicos com o detalhamento das etapas da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são baseados na definição adotada por Severino (2013), que estabelece critérios de classificação quanto ao objetivo (exploratório e explicativo) e aos tipos de pesquisas (bibliográfica e documental).

É exploratório por levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. É explicativo, porque, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos.

Em relação à pesquisa bibliográfica e a documental,

a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2013, p. 106-107).

Sobre as etapas, primeiramente, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica sobre Educação Financeira no contexto da Educação Básica em artigos publicados, revistas científicas, periódicos, teses e dissertações dos últimos 12 anos. Nessa etapa, foram selecionados os principais temas e contribuições publicadas, que subsidiaram o estudo acerca do endividamento das famílias brasileiras, da importância da Educação Financeira no âmbito da Educação Básica. Especificamente no Ensino Médio, quando os jovens estarão na iminência de ingressar no mercado de trabalho e desenvolver o seu planejamento econômico e financeiro para uma melhor qualidade de vida.

No desenvolvimento da pesquisa, foram consultadas bases de informação governamentais e legislação para a obtenção dos dados que, posteriormente, foram sistematizados e analisados para o atendimento aos objetivos propostos. Como o intuito da pesquisa foi realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema procurou-se abordar autores que contribuíram com a temática, bem como políticas públicas que proporcionassem melhor entendimento da Educação Financeira, tanto nos aspectos simples como os mais complexos.

SEÇÃO 3. BREVES DESCRIÇÕES E ANÁLISES DAS PRODUÇÕES

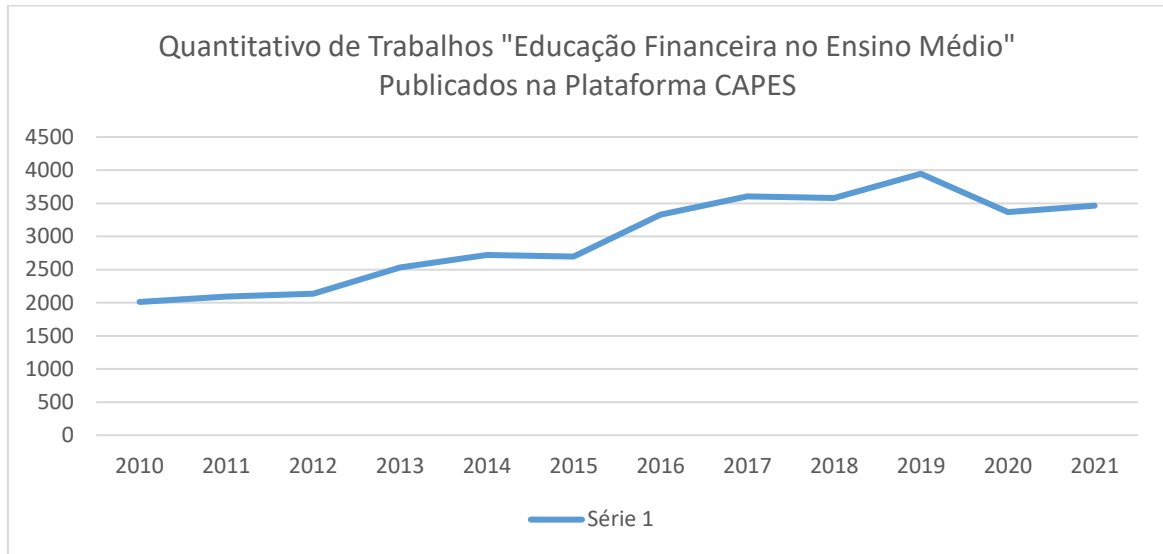
Nessa seção da pesquisa realizou-se um levantamento de produções de mestrado e doutorado no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre o tema “Educação Financeira” nos anos de 2010 a 2021, com a finalidade de corroborar os dados e de ampliar o conhecimento sobre o tema proposto.

3.1 Quadros com os trabalhos analisados

Os procedimentos adotados para identificar 64.716 (sessenta e quatro mil e setecentos e dezesseis) trabalhos com o tema “Educação Financeira no Ensino Médio” na plataforma da CAPES (catálogos de teses e dissertações) nos anos de 2010 a 2021 foram detalhar a pesquisa segundo o grau acadêmico (doutorado, mestrado e mestrado profissional) e conforme a área do conhecimento (educação, ensino de ciências e matemática). Houve também a análise de 1 (um) Trabalho de Conclusão de Curso que, apesar de não pertencer ao grupo pesquisado é de suma relevância e contribuição à presente pesquisa.

Há na plataforma CAPES 39.290 dissertações e 14.873 teses. No gráfico abaixo observa-se que houve um aumento de publicações a partir de 2016 e em 2019 foram realizadas quase 4.000 publicações. Atualmente mantem-se na média de 3.500 trabalhos publicados. Na área da educação há disponível 52.900 dissertações e teses, já no ensino de ciências e matemática o quantitativo de trabalhos cai para 11.816, foram selecionados 7 trabalhos. A seleção apresentou como critérios de inclusão: maior similaridade com a presente pesquisa, considerando as categorias de conscientização, Educação Financeira, Ensino Médio, Estratégia Nacional de Educação Financeira (gráfico 01).

Gráfico 01 - Quantitativo de Trabalhos “Educação Financeira no Ensino Médio” Publicados na Plataforma



Fonte: Elaboração própria.

No quadro 1 constam informações sobre os trabalhos analisados para o desenvolvimento da presente pesquisa, com seus títulos, autores, orientadores, ano de conclusão, instituição e nome do programa.

Quadro 01- Trabalhos analisados

TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES (AS)	ORIENTADOR (A)	ANO	INSTITUIÇÃO	NOME DO PROGRAMA
Educação Financeira para Alunos do Ensino Médio em Macapá-AP	Thiago Costa da Silva e Wilerson de Almeida Pereira	Edivaldo Pinto dos Santos	2015	Universidade Federal do Amapá	Curso de Licenciatura Plena em Matemática
Educação Financeira no Ensino Médio: levando conhecimentos financeiros e empreendedores a alunos adolescentes do município de Ubá – MG	Viviane Caiaffa Paschoalini	Marco Aurélio Kistemann Junior	2021	Universidade Federal de Juiz de Fora	Programa de Mestrado em Educação Matemática.
Educação Financeira na escola básica	Márcio Luis da Silva	Fábio Xavier Penna	2018	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Programa de Pós-graduação em Matemática – PROFMAT
Educação Financeira: proposta curricular da ENEF no Ensino Médio	Samy Soubhe Tannous	Ole Peter Smith	2017	Universidade Federal de Goiás	Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional

TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES (AS)	ORIENTADOR (A)	ANO	INSTITUIÇÃO	NOME DO PROGRAMA
Educação Financeira	Alisson Coutinho de Souza	Gabriela Albuquerque Wanderley	2021	Universidade Federal da Paraíba	Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional PROFMAT
Educação Financeira: um estudo sobre a estratégia nacional de Educação Financeira do Brasil	Karen Kristina Ayala de Carvalho	Eduardo Camilo da Silva	2017	Universidade Federal Fluminense	Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGAd
Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre Educação Financeira e Matemática Financeira	James Teixeira	Cileda de Queiroz e Silva Coutinho	2015	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática

Fonte: Próprio autor

Para análise das pesquisas elencou-se as seguintes categorias: objetivo, sujeitos, pergunta de pesquisa e metodologia.

O primeiro, apesar de ser um Trabalho de Conclusão de Curso, apresenta um tema relevante para esta dissertação colaborando, portanto, com a pesquisa. O tema é “Educação Financeira para Alunos do Ensino Médio em Macapá - AP”, dos autores Thiago Costa da Silva e Wilerson de Almeida Pereira.

Segundo os autores, o trabalho visa mostrar a necessidade que a sociedade macapaense tem de adquirir os conceitos de Educação Financeira para um desenvolvimento financeiro individual e social responsável, através da identificação da situação atual dos estudantes do Ensino Médio de Macapá - AP por meio de pesquisa realizada com os alunos e os pais em 3 escolas do Ensino Médio. Procurou-se saber como eles percebem e tratam suas finanças, se realizam planejamento financeiro e de que forma eles lidam com seus gastos. O pesquisador utilizou como fonte de informações o projeto da ENEF, pesquisas em órgãos governamentais, especialistas na área de finanças e de Educação Financeira (SILVA; PEREIRA, 2015).

O trabalho analisado teve como objetivo demonstrar como os alunos do Ensino Médio de Macapá lidam com os conceitos de Educação Financeira e se fazem planejamento financeiro, evidenciando a importância do tema Educação Financeira nas escolas, em especial, no Ensino Médio (SILVA; PEREIRA, 2015).

Os autores utilizaram em sua metodologia a pesquisa exploratória e de campo,

quantitativa e descritiva. Durante o estudo foi aplicado um questionário com 115 alunos e 78 pais, em três escolas distintas, sendo uma privada e duas públicas. Nesta pesquisa, avaliou-se a forma como os alunos lidam com a Educação Financeira. Outro dado importante levantado foi que a maioria dos alunos entrevistados não recebem mesada, e sim, dinheiro conforme a necessidade, o que corrobora com a não Educação Financeira. A partir da pesquisa de campo da situação atual sobre a inserção da temática para alunos do Ensino Médio de Macapá-AP, concluiu-se, nesse estudo, que há a necessidade de inserir o tema Educação Financeira nas escolas (SILVA; PEREIRA, 2015).

A dissertação de mestrado da pesquisadora Viviane Caiaffa Paschoalini, cujo tema é Educação Financeira no Ensino Médio: levando conhecimentos financeiros e empreendedores a alunos adolescentes do município de Ubá – MG, sendo, portanto, o segundo trabalho analisado.

Segundo a pesquisadora este trabalho apresentou como objetivo levar conhecimentos sobre Educação Financeira e Empreendedorismo para alunos do Ensino Médio e investigar como esses conhecimentos podem ser aplicados no dia a dia estimulando o comportamento empreendedor dos alunos, através de pesquisa realizada com alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio em uma escola particular na cidade de Ubá/MG, buscando compreender como os adolescentes se comportaram como consumidores e como lidam com situações que envolvem planejamento financeiro, consumismo e práticas empreendedoras (PASCHOALINI, 2021).

A pesquisadora deseja desenvolver a participação crítica destes jovens no que tange à Educação Financeira seja individual ou coletiva e gerar reflexões. Este trabalho foi norteado com a pergunta diretriz: Quais seriam os resultados obtidos com alunos adolescentes de uma escola particular, após a inserção de conhecimentos, através de atividades e discussões sobre Educação Financeira e Empreendedorismo durante o Ensino Médio? Foi embasada teórico-metodologicamente em Ole Skovsmose, autor dinamarquês estudioso sobre a Educação Matemática Crítica; na Pedagogia Crítica de Paulo Freire e em Gustavo Cerbasi com sua Inteligência Financeira e empreendedora (PASCHOALINI, 2021).

Foi realizada uma investigação qualitativa em que a fonte de dados é um ambiente natural e o investigador é responsável pela coleta de informações. Utilizou a metodologia da pesquisa-ação através de um conjunto de sete atividades aplicadas com os alunos do Ensino Médio. Como resultado (Produto Educacional), foi criado um *site* com conteúdo sobre Educação Financeira para adolescentes⁸. A relevância dessa pesquisa encontra-se no

⁸ <https://vivicaiaffa.wixsite.com/meudinheiro>

desenvolvimento de um trabalho que acredita na educação como sendo o melhor caminho para a configuração de uma nova sociedade (PASCHOALINI, 2021).

O terceiro trabalho analisado foi a dissertação Silva (2018), cujo tema desenvolvido foi: Educação Financeira na Escola Básica, segundo o pesquisador o trabalho foi uma proposta didática para o ensino de Educação Financeira na escola através de um estudo sobre esse conceito e de sua relevância na vida das pessoas. O pesquisador acredita que muitos brasileiros têm dificuldades em administrar os seus próprios recursos financeiros, mesmo tendo acesso a informação, portanto ele supõe que isso é um problema educacional.

Diante disso, foi feita uma análise nos documentos de orientação curricular para saber as recomendações deles em relação ao assunto e optou-se pela aplicação, em duas escolas públicas nos Ensinos Fundamental e Médio, de uma sequência didática abordando os seguintes tópicos: orçamento familiar, compras por impulso, compra de *smartphone*, juros e o valor do dinheiro no tempo (SILVA, 2018).

O objetivo do trabalho de Silva (2018) foi gerar uma reflexão nos estudantes da importância desse tema no cotidiano. De forma geral, o pesquisador espera contribuir para o desenvolvimento do ensino, servindo de base para que outros professores elaborem novos trabalhos em sala de aula. Após a análise das respostas concluiu-se que os alunos apresentaram muita dificuldade em relação à escrita e na realização de cálculos, mas demonstraram ter desenvolvido conhecimento, correspondendo assim, as expectativas iniciais.

Este trabalho utilizou os conceitos da OCDE para definir Educação Financeira, da ENEF e levantamentos realizados pelo Serasa Experian e pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e documentos analisados como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 e BNCC (SILVA, 2018).

A metodologia escolhida pelo pesquisador foi a pesquisa exploratória e de campo, pois se baseia em uma sequência de atividades que visa testar os conhecimentos sobre Educação Financeira nos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Percebe-se também que o autor utilizou a pesquisa-ação (SILVA, 2018).

Foi possível ampliar o conhecimento sobre o tema, promover uma reflexão sobre os aspectos relacionados aos impactos sociais (contexto familiar) e perceber através da pesquisa analisada a real situação e percepção dos alunos quanto à Educação Financeira.

Ao final da pesquisa, Silva (2018) constatou que a maioria dos alunos não tinham contato com o tema e que eles perceberam a relevância do tema a partir do que aprenderam com as sequências didáticas propostas na presente pesquisa. Foi possível perceber através da

pesquisa analisada a real situação e qual a percepção dos alunos quanto à Educação Financeira, possibilitando também uma reflexão sobre os aspectos relacionados aos impactos sociais (contexto familiar).

O quarto trabalho analisado Tannous (2017), intitulado “Educação Financeira: proposta curricular da ENEF no Ensino Médio”. O pesquisador afirma que, a maneira como o cidadão lida com sua vida financeira é uma preocupação de muitos governos e organismos internacionais nestes últimos anos, pois estes países têm entendido que só a partir de uma relação saudável entre o sujeito e o dinheiro as nações podem crescer saudáveis em termos financeiros e sociais.

Para Tannous (2017), a Educação Financeira surge como parte da solução, na medida em que se procura educar financeiramente as pessoas no intuito de torná-las mais conscientes de seus ganhos e de seu consumo. O Brasil também caminha em direção à Educação Financeira, tanto que, criou um comitê para tratar deste assunto e transformar a temática em algo concreto para aplicação na vida de seus cidadãos, a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, e este comitê idealizou e produziu um material a ser estudado e aplicado na sociedade em geral e nas escolas especificamente.

O material produzido para o Ensino Médio foi o foco deste trabalho, que analisou o currículo pretendido de maneira crítica, ora corroborando, ora acrescentando temas que poderiam ser abordados para uma maior eficácia para alcance da meta que é educar financeiramente (TANNOUS, 2017).

É estudo que contribuiu muito à presente pesquisa, nele o pesquisador deixa impresso a necessidade da interdisciplinaridade do tema Educação Financeira, não limitando o seu estudo apenas no campo da matemática e evidencia a importância do tema nas escolas, principalmente no Ensino Médio (TANNOUS, 2017).

Segundo o pesquisador

conceitos que fazem a existência da Matemática Financeira algo poderoso em sua maioria são conteúdos do Ensino Médio com alguma variação e poderiam muito bem ser abordados com mais profundidade. Isso traria efeitos bem positivos para o trabalho, como por exemplo, desmistificar a Matemática através do vínculo da Educação Financeira, mostrando aos alunos que mesmo que a matemática seja difícil ela tem beleza, aplicação e importância em sua vida (TANNOUS, 2017, p. 62).

A quinta pesquisa, escrito por Souza (2021), cujo tema é Educação Financeira, é uma dissertação escrita recentemente, em 2021, que evidencia a necessidade de levar conhecimento

sobre finanças ao maior número possível de pessoas, de todas as idades. Segundo o autor, isso pode ser realizado por meio da Educação Básica em aulas de matemática no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, o autor entende que Educação Financeira e a matemática caminham juntos, pois os conceitos matemáticos servem de base para o entendimento da Educação Financeira (SOUZA, 2021). O pesquisador considera que “ todo analfabeto financeiro é, antes de tudo, um analfabeto matemático!” (SOUZA, 2021, p. 8).

Ao inserir Educação Financeira na Educação Básica as crianças e os jovens podem desenvolver habilidades e competências que lhes permitam tomar decisões financeiras de maneira mais consciente e segura. A saúde financeira de qualquer família exige disciplina e conhecimento.

O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de propor que o conhecimento matemático oferecido aos estudantes possa ser transmitido a partir da necessidade de desenvolver neles as habilidades necessárias para a tomada de decisões financeiras de qualquer natureza (SOUZA, 2021).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada através de materiais como livros, revistas, dissertações e monografias sobre matemática financeira, Educação Financeira, terapia financeira, independência financeira e diversos outros títulos relacionados a essa área, cujos conteúdos foram de plataformas e *sites* da internet. Também foram consultados a BNCC – 2017, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação completaram a busca por referências (SOUZA, 2021).

Souza (2021) salienta que o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Brasil, mostra que o nível de aprendizagem dos nossos estudantes em matemática é muito baixo e testes internacionais de letramento financeiro como PISA, confirmam essa realidade: a falta de uma boa educação matemática contribui para um baixo nível de Educação Financeira de toda a população, fatos esses que corroboram com a presente pesquisa.

Segundo Souza (2021), o economista e mestre em finanças comportamentais Gerson Caner afirma que os países com melhores resultados em testes internacionais como o PISA, possuem Educação Financeira nas escolas há muito tempo. Souza (2021) acredita assim como a autora que escreve esta dissertação que a Educação Financeira pode contribuir para que os estudantes, em um futuro próximo, sejam capazes de tomar decisões financeiras, administrar seu salário, planejar gastos, controlar dívidas, investir e alcançar a tão sonhada independência financeira. O impacto disso é uma sociedade mais justa e igualitária.

O trabalho de Souza (2021) tem como produto final a elaboração de um livro intitulado

de “Livro Educação Financeira” que pode ser usado por estudantes das séries iniciais do Ensino Médio e que oferece toda a fundamentação teórica necessária para que esses estudantes entendam os conceitos básicos da Educação Financeira a fim de, que os alunos possam administrar da melhor forma possível os recursos gerados pela força do seu trabalho, garantindo um futuro melhor para si e para os seus familiares.

Mais uma vez, a conclusão desta pesquisa, assim como os demais trabalhos estudados é a necessidade da inclusão do tema Educação Financeira nas escolas, evitando assim situações de endividamento, dificuldades em planejar um futuro, consumo inconsciente e a não realização dos sonhos.

O sexto estudo intitulado de Educação Financeira: um estudo sobre a estratégia nacional de Educação Financeira do Brasil, apesar de pertencer ao Programa de Pós-Graduação em Administração ele contribuiu para a presente pesquisa. A pesquisadora Karen Kristina Ayala de Carvalho convida o leitor para uma análise minuciosa sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil – ENEF e o que foi proposto pela OCDE à época sobre Educação Financeira a nível internacional, realizando assim, uma comparação entre o Brasil e os outros países, os resultados de programas de Educação Financeira desenvolvidos em escolas públicas brasileiras entre outros, assinalando dificuldades e facilidades para a implementação de uma proposta de Educação Financeira nas escolas brasileiras (CARVALHO, 2017).

A pesquisa baseia-se em uma revisão literária compreendendo que o tema é necessário e importante e requer continuidade. Carvalho (2017) se embasou em autores que demonstram como a Educação Financeira aconteceu no país e legislação referente a políticas públicas sobre Educação Financeira e autores que estudaram a ENEF. Portanto, uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo e quantitativo no que tange à coleta de dados.

A pesquisadora concluiu que a ENEF teve sua estrutura alinhada à proposta inicial promulgada no Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. No entanto, percebeu-se que, os objetivos mensuráveis da ENEF são vagos. Pontuou também que houve avanços e resultados positivos nas estratégias da ENEF, como por exemplo a Semana ENEF. Outro fato interessante que a pesquisadora conclui é que o tema Educação Financeira deveria ser uma disciplina e não somente um tema transversal a ser abordado nas disciplinas (CARVALHO, 2017).

O sétimo estudo, desenvolvido por Teixeira (2015), cujo tema é um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre Educação Financeira e Matemática Financeira, este trabalho é de suma importância, pois evidencia a definição de Matemática Financeira e de Educação Financeira, bem como suas relações.

Segundo Teixeira (2015), esta pesquisa teve como objetivo averiguar o letramento financeiro dos professores que ministram aulas de matemática financeira no Ensino Médio. A hipótese que o pesquisador levantou é a de que a Educação Financeira só pode ser ensinada nas escolas por meio de um corpo docente devidamente letrado financeiramente. Isso implica em que o professor conheça e domine os conceitos de matemática financeira, disciplina fundamental para o ensino e a aprendizagem da Educação Financeira.

O pesquisador reconhece a importância da Educação Financeira na vida do cidadão e dos alunos, nesse sentido, a família e a escola são importantes aliadas na construção de novos padrões comportamentais na formação das novas gerações. A Educação Financeira contribui para a formação de cidadãos conscientes e mais preparados quanto a suas finanças (TEIXEIRA, 2015).

A pesquisa de campo incluiu 30 questões, aplicada a um grupo de 161 professores que ministram a disciplina de matemática, abordando, portanto, a matemática financeira, nas cidades do Estado de São Paulo. A metodologia utilizada foi a Análise Estatística Implicativa que buscou responder a seguinte questão: Será que os professores, bacharéis ou licenciados em matemática, que ministram a disciplina de matemática financeira no Ensino Médio, estão devidamente letrados financeiramente ao nível necessário para os propósitos da Estratégia Nacional de Educação Financeira?

Conclui-se da pesquisa analisada que há necessidade de gerar reflexão na população quanto a importância de poupar, os riscos do endividamento e as vantagens de se ter uma vida financeira saudável. O pesquisador chegou à conclusão de que os conteúdos de matemática financeira, no Ensino Médio, são transmitidos aos alunos de maneira descontextualizada e distante da prática. Há uma preocupação excessiva em ensinar por meio de fórmulas e tabelas (TEIXEIRA, 2015).

Em relação à formação de professores, destaca-se o fato que, muitas vezes, o professor de matemática não tem uma formação específica em matemática financeira, porque o ensino da Educação Financeira ainda se encontra em fase de implementação no Brasil, portanto é necessário melhorar a formação dos docentes que lecionam matemática financeira, objetivando conectar essa disciplina à Educação Financeira (TEIXEIRA, 2015).

O resultado da pesquisa é interessante. De acordo com Teixeira (2015), 42% dos professores acham que Educação Financeira e matemática financeira são a mesma coisa. Apenas 36% dos entrevistados comparam situações envolvendo juros simples e juros compostos e 24% solicitam aos alunos que busquem exemplos de emprego de juros compostos.

E, o mais agravante em relação aos professores respondentes, 75% desconhecem a ENEF.

3.1.1 Conclusão dos trabalhos analisados

Ao realizar a busca por trabalhos relacionados à Educação Financeira, percebe-se que as teses e dissertações estão mais relacionadas ao estudo da matemática financeira. Na Educação Financeira há a conscientização do tema e seus desdobramentos e impactos na vida do estudante e da sociedade.

O que há em comum ao analisar as pesquisas é que a maioria delas são produções realizadas em programas do curso de matemática, talvez isso justifique a quantidade de pesquisas relacionadas à matemática financeira.

Há uma congruência entre os trabalhos analisados no sentido de não haver nas escolas um debate mais efetivo e constante sobre a conscientização da Educação Financeira por parte dos alunos e dos docentes. Congruência também ao afirmarem que ainda há poucas ações que visam promover a Educação Financeira, uma vez que se percebe que os jovens saem das escolas pouco preparados para lidar com decisões financeiras e o quanto isso impacta em sua vida pessoal e social. Observa-se também que há pouca discussão no sentido do quanto a falta de Educação Financeira impacta na sociedade.

Em comum, observa-se entre os trabalhos estudados o alto índice de endividamento da população brasileira, como uma das consequências a falta de conscientização financeira e de pouca discussão sobre este tema no ambiente familiar.

Percebe-se que o cidadão faz parte de uma sociedade capitalista e consumista em um cenário econômico desfavorável e, muitas vezes, impulsionado a comprar de maneira desenfreada, devido à facilidade e ao excesso de estímulos para o consumo não consciente, portanto, a Educação Financeira, principalmente nas escolas, é o melhor caminho.

As pessoas são estimuladas a consumir o tempo todo e o problema está no fato de elas consumirem muito para atender os padrões que a sociedade impõe, sem se planejar financeiramente para isso. Além disso, a falta de consumo consciente afeta o planejamento financeiro e o investimento a longo prazo. A sociedade está cada vez mais consumista entrando no ciclo sem fim, já que a cada compra, o desejo não é suprido, sendo tendenciado a comprar mais uma vez, por exemplo, os admiradores de celulares *Iphone*.

A conscientização financeira possibilita aos jovens uma tomada de decisão financeira mais consciente, e é isso que os trabalhos possuem em comum: evidenciar a importância de se

discutir Educação Financeira nas escolas. Neste sentido, Kistemann Júnior (2011) anuncia menciona

[...] não só desenvolver nos indivíduos-consumidores habilidades de cálculos matemáticos, estratégias formatadas de tomadas de decisão, mas sobretudo, promover a participação crítica desses indivíduos nas mais variadas esferas de atuação social, refletindo sobre os panoramas financeiro-econômicos e produzindo significados que promovam o entendimento da matemática que permeia o *lócus* e as relações sociais e econômicas (KISTEMANN JÚNIOR, 2011, p. 95).

Ademais, percebe-se que, nas pesquisas estudadas a matemática financeira ensinada se limita apenas ao ensino tradicional da matemática, há pouco debate a fim de conscientizar os alunos sobre Educação Financeira e de fomentar um ambiente mais crítico e reflexivo e despertar o interesse neles sobre o assunto. Paschoalini (2021) menciona, em sua dissertação, que a diferença entre ambas é que a matemática financeira é uma área que aplica conhecimentos matemáticos em assuntos financeiros; já a Educação Financeira promove nos alunos a reflexão e a formação de comportamentos ligados a questões financeiras.

Outra contribuição importante sobre a Educação Financeira nas escolas

a Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem. (SILVA; POWELL, 2013, p.12-13).

O ponto em comum nos trabalhos analisados é a falta do ensino de Educação Financeira nas escolas e em casa. Entende-se que inexistente por parte da maioria da população uma vida financeira saudável, seja devido a questões sociais, econômicas e políticas que se comprovam nos altos índices de endividamento da família brasileira. Corroborando também para o alto índice de endividamento o excesso de propaganda e estímulos que induzem as pessoas a comprarem cada vez mais por impulso. As notícias informam que as compras *on-line* aumentaram substancialmente na pandemia, a facilidade de pagamento, como o pix e o fácil acesso à internet. Hoje, também pelo celular/*smartphone* é possível realizar compras em segundos.

Todos os fatores elencados acima contribuem para a realização da compra por impulso, o que gera um ciclo vicioso; por isso, essa pesquisa se esforça no sentido de mostrar a importância de se discutir Educação Financeira nas escolas.

As pesquisas também mencionam a ENEF como um marco importante para a Educação Financeira no Brasil, pois, a partir disso, houve um olhar mais crítico para o tema, com a implementação de programas, de políticas públicas a inserção do assunto como tema transversal na BNCC, tudo isso para promover a importância da Educação Financeira.

Em síntese, os trabalhos analisados vão de encontro aos interesses da presente pesquisa no sentido de fomentar a discussão sobre a Educação Financeira, evidenciando a importância de se discutir o tema não somente nas escolas, mas também nos lares destes jovens e na sociedade em geral.

O intuito é que, no futuro não muito distante, a sociedade possa ser mais crítica, reflexiva e consciente da importância da Educação Financeira na vida dos cidadãos. Sperandio (2020) afirma que a Educação Financeira melhora os vínculos familiares, ensinando a lidar melhores com as frustrações além de formar consumidores que consigam manter uma economia sustentável⁹.

⁹ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-pais-dos-analfabetos-financeiros/#:~:text=%E2%80%9CO%20mais%20importante%20%C3%A9%20a,al%C3%A9m%20de%20dinhairo%20e%20finan%C3%A7as>

SEÇÃO 4. POLÍTICAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Nessa seção do trabalho, apresentam-se fundamentos teóricos que serviram de base para as análises e consequente contribuição para os objetivos dessa pesquisa. Para entender Educação Financeira se faz necessário compreender conceitos fundamentais para desenvolver a consciência crítica em relação à temática, para isso é necessário desenvolver uma base.

Foram detalhados os conceitos de salário mínimo e custo de vida através de análise de pesquisas realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e realizou-se também um estudo aprofundado sobre a legislação que versa a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

A partir de documentos disponibilizados pelo Banco Central foi realizada uma análise do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e sua organização. Ademais foi desenvolvido um estudo sobre o contexto da reforma do Ensino Médio - Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), da reforma do Ensino Médio e temas contemporâneos Transversais na BNCC e por fim, a abordagem docente relacionando-a com a Educação Financeira.

4.1 Análise sobre o salário mínimo brasileiro

O salário mínimo está previsto na Constituição Federal de 1988 e nas leis nº 185, de 14 de janeiro de 1936 e no Decreto-Lei Nº 399, de 30 de Abril de 1938 (BRASIL, 1988; BRASIL, 1936, BRASIL, 1938).

Segundo a Constituição de 1988, o salário mínimo é definido como:

Salário-mínimo [sic], fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988, s/p).

Em consonância à Lei nº185/36 todo trabalhador tem direito a receber um salário mínimo pelo trabalho laborado, este pagamento deve atender as necessidades básicas, como moradia, saúde, alimentação, vestuário, higiene e transporte.

O art. 2º define da referida lei conceitua:

Salário-mínimo [sic] é a remuneração mínima devida ao trabalhador adulto

por dia normal de serviço. Para os menores aprendizes ou que desempenhem serviços especializados é permitido reduzir até de metade o salário-mínimo e para os trabalhadores ocupados em serviços insalubres e permitido argumentá-lo na mesma proporção (BRASIL, 1936, s/p).

A saber, a faixa etária que configura o cidadão como menor aprendiz é de 14 anos a 18 anos de idade. A lei nº185/36 regulamenta que as comissões são compostas por pessoas de saber notório indicadas por decreto pelo Presidente da República e competem a elas a definição do valor do salário mínimo e qualquer alteração que houver (BRASIL, 1936). Àquela época, o valor do salário mínimo era ajustado pela comissão a cada 3 anos, atualmente o valor é reajustado anualmente.

No artigo 6º do Decreto-Lei Nº 399, de 30 de abril de 1938 é apresentada a fórmula que compõe o salário mínimo, a saber: “o salário mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$, em que a, b, c, d e, e representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto” (BRASIL, 1938).

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é uma entidade criada em 1955 que tem como objetivo atender as demandas dos trabalhadores. Eles realizam pesquisas que subsidiam e promovem a consciência crítica em relação à Educação Financeira.

A fim de explicitar sobre o custo de vida, a pesquisa da cesta básica de alimentos, realizada pelo DIEESE, iniciou a priori na capital de São Paulo em 1959 e hoje acontece anualmente em todas as capitais, verificando mensalmente o preço dos alimentos e suas variações. Ou seja, o custo unitário de cada produto da cesta, bem como o valor do salário-mínimo que um trabalhador deve receber para adquirir os itens da cesta básica e quantas horas de trabalho são necessárias para comprá-los. Depreende-se com esta pesquisa, a evolução do poder de compra dos trabalhadores e o preço dos alimentos nas capitais.

A pesquisa segue um calendário de levantamento de preço e para evitar a oscilação dos resultados em virtude de propagandas que este tipo de estabelecimento realiza com frequência, a análise acontece da seguinte forma: a coleta de informações do estabelecimento X aconteceu na segunda-feira da primeira semana de janeiro, no próximo mês a coleta também acontecerá na segunda-feira da primeira semana (DIEESE, 2016)¹⁰.

Como resultado, afirma-se que o salário-mínimo para a família brasileira no mês de

¹⁰ Metodologia da pesquisa nacional da cesta básica de alimentos, a partir de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2023.

outubro/22 deveria ser R\$ 6.458,86, ou seja, 5,33 vezes o mínimo atual, que tem o valor de R\$ 1.212,00. Portanto, um salário-mínimo muito distante da realidade para a maioria dos brasileiros, o qual deve ser levado em consideração não somente a alimentação, mas também moradia, educação, transporte, saúde, vestuário, dentre outros. O quadro 2, retirado da pesquisa realizada pela DIEESE, mostra mensalmente qual o valor do salário ideal para a família brasileira.

Quadro 02 - Salário-mínimo nominal e necessário

Período 2022	Salário Mínimo Nominal	Salário Mínimo Necessário
Outubro	R\$ 1.212,00	R\$ 6.458,86
Setembro	R\$ 1.212,00	R\$ 6.306,97
Agosto	R\$ 1.212,00	R\$ 6.298,91
Julho	R\$ 1.212,00	R\$ 6.388,55
Junho	R\$ 1.212,00	R\$ 6.527,67
Maio	R\$ 1.212,00	R\$ 6.535,40
Abril	R\$ 1.212,00	R\$ 6.754,33
Março	R\$ 1.212,00	R\$ 6.394,76
Fevereiro	R\$ 1.212,00	R\$ 6.012,18
Janeiro	R\$ 1.212,00	R\$ 5.997,14

Fonte: DIEESE (2022a).

O quadro 03, com a pesquisa realizada no período de outubro de 2022, mostra o custo e a variação da cesta básica nas capitais em ordem decrescente.

A partir do quadro 4 é possível compreender que o preço da cesta básica nas capitais Porto Alegre, São Paulo e Florianópolis são mais caras e de modo geral, o gasto médio do trabalhador para adquirir a cesta básica é de 119 horas e 23 minutos, considerando a jornada de 40 horas semanais, isso resulta em aproximadamente 3 semanas de trabalho.

Quadro 03 - Custo e a variação da cesta básica nas capitais – outubro de 2022

Capital	Valor da Cesta	Varição mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Varição no ano (%)	Varição em 12 meses (%)
Porto Alegre	768,82	3,34	68,58	139h33m	12,58	11,25
São Paulo	762,20	1,53	67,99	138h21m	10,38	9,86
Florianópolis	753,82	0,97	67,24	136h50m	9,32	7,58
Rio de Janeiro	736,28	3,10	65,67	133h39m	10,51	9,2
Campo Grande	733,65	3,17	65,44	133h10m	14,39	12,28
Vitória	707,78	3,14	63,13	128h28m	6,91	5,48
Brasília	699,09	1,73	62,36	126h54m	12,47	8,54
Curitiba	696,31	2,59	62,11	126h23m	10,80	8,82

Capital	Valor da Cesta	Varição mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Varição no ano (%)	Varição em 12 meses (%)
Belo Horizonte	662,37	1,88	59,08	120h14m	9,45	10,62
Fortaleza	622,57	0,27	55,53	113h01m	7,51	10,39
Belém	615,22	-1,16	54,88	111h40m	10,48	14,26
Natal	573,40	-1,40	51,15	104h05m	8,28	13,62
Salvador	562,59	0,41	50,18	102h07m	8,56	15,38
João Pessoa	559,57	-0,49	49,91	101h34m	9,54	13,94
Recife	558,40	-3,73	49,81	101h22m	4,89	15,07
Aracaju	515,51	-0,61	45,98	93h34m	7,84	11,06

Fonte: DIEESE (2022b)

Nesse contexto, surge o questionamento: e os outros direitos como habitação, lazer, saúde? Isso reflete diretamente na qualidade de vida do indivíduo.

A Educação Financeira é importante para os brasileiros, para que eles possam desenvolver a consciência crítica e a não sujeição para que ele consiga ter mais tempo, por conseguinte melhor qualidade de vida.

4.2 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

O governo brasileiro por meio da Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007 (BRASIL, 2007), instituiu um grupo de trabalho do COREMEC (GT) que tinha como objetivo melhorar o nível de Educação Financeira no país, proposta essa que em 2010, mediante um decreto da Presidência da República, estabeleceu a ENEF.

Ainda, por meio dessa Deliberação, o grupo foi instituído pela Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ele era composto por representantes do governo, membros da iniciativa privada e da sociedade, foram 18 meses de trabalhos para desenvolver uma estratégia brasileira de Educação Financeira, o que resultou na criação da ENEF (BRASIL, 2007).

O governo, através do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 instituiu a ENEF (BRASIL, 2010a). Este decreto foi revogado pelo Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, que instituiu a nova ENEF que tem como objetivo fomentar a Educação Financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País, contribuindo, assim, para uma sociedade mais consciente quanto à Educação Financeira.

Foi criado também o FBEF, responsável pela criação dos princípios e diretrizes com

foco na implementação ENEF. De acordo com o Decreto nº10.393 de 2020, o FBEF tem como objetivos: divulgar princípios e diretrizes para a implementação da nova ENEF.

Art. 2º O FBEF é colegiado de articulação, ao qual compete:

I - implementar e estabelecer os princípios da ENEF;

II - divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas;

III - compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e

IV - promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal (BRASIL, 2020, p. 02).

De acordo com o *site* Vida e Dinheiro - *site* federal e oficial de Educação Financeira, a ENEF tem como finalidade: fortalecer a cidadania, disseminar a Educação Financeira e previdenciária, promover a tomada de decisões financeiras mais consciente e autônoma, aumentar a eficiência e solidez do sistema financeiro. (VIDA E DINHEIRO, 2017)¹¹.

Nessa perspectiva, a ENEF envolve instituições privadas e públicas, de âmbito federal, estadual e municipal e tem como proposta implementar a Educação Financeira na Educação Básica, sob orientação do MEC com o apoio das secretarias de educação estaduais e municipais (BRASIL, 2010a).

A ENEF desenvolve projetos voltados para a Educação Financeira com intuito de fomentar a conscientização e a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF) que acontece desde 2014 promovida pelo Comitê Nacional de Educação Financeira, com o intuito de promover ações educacionais de forma gratuita.

Em 2017 e 2018, foram desenvolvidas diversas ações no sentido de ampliar a discussão do tema para vários públicos, dentre eles, o projeto Campanha de Comunicação, que possui 3 produtos: “R\$ sem neuras” focado para o público adolescente, “Sua Escola, Nossa Escola”, que mostra o dia a dia nas salas de aula e o “Salto para o Futuro” um programa de entrevista. Ademais, foi criado o *site* “Vida e Dinheiro”, sendo referência nacional em Educação Financeira, criação de game educativo e, por fim, a “Rede de Educação Financeira” que se constituem de polos que apoiam a formação acadêmica em Educação Financeira (VIDA E DINHEIRO, 2017).

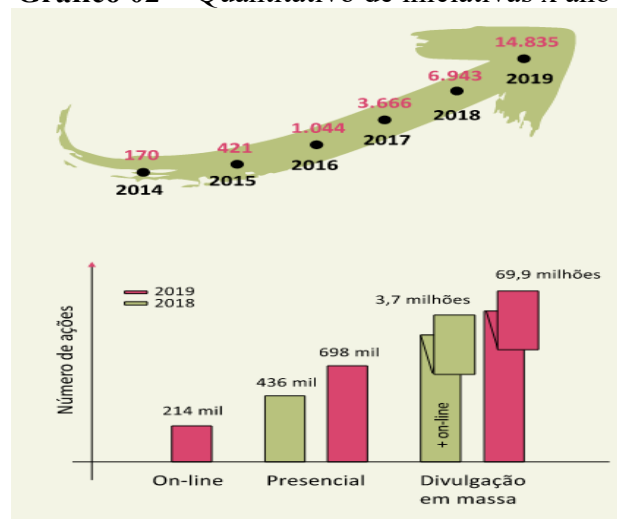
O gráfico 2 evidencia o quantitativo de ações que ocorreram na “Semana ENEF” entre

¹¹ <https://www.vidaedinheiro.gov.br/para-criancas-e-jovens/>

os anos 2014 e 2017, em 2014 o evento começou com apenas 170 eventos, já em 2019 a 6ª Semana ENEF, com ênfase em Educação Financeira nas escolas, foi realizada em maio de 2019, e realizou 14.835 iniciativas sendo presenciais, *on-line* e mídias de massa como rádio, TV e redes sociais para um público de 70,7 milhões de pessoas, sendo que as mídias de massa totalizaram um público de 69,9 milhões de pessoas. Os eventos aconteceram em sua maioria nas escolas, sendo até então o maior evento desde 2014 (VIDA E DINHEIRO, 2017). A 6ª Semana ENEF teve como objetivo incluir o tema Educação Financeira nas escolas do Ensino Fundamental como um tema transversal alinhando, acompanhando, portanto, a proposta da BNCC.

No relatório divulgado pelo Diretor sobre o alcance e os resultados obtidos do evento, foi divulgado o gráfico com evidências do quantitativo de iniciativas realizadas desde o surgimento da Semana ENEF e o seu crescimento e que as ações acontecem em formato *on-line*, presencial e em veículos de comunicação em massa. É possível perceber o aumento gradativo das ações e o expressivo aumento em 2019, resultante da divulgação em mídias de massa (Gráfico 02).

Gráfico 02 - Quantitativo de iniciativas x ano



Fonte: Vida e Dinheiro (2019)¹²

E, por fim o quantitativo de pessoas que tiveram acesso às iniciativas e qual o público direcionado para a temática proposta. É possível perceber que o maior público do evento são os jovens, o que justifica o objetivo do evento de incluir o tema Educação Financeira nas escolas. Somado a isso 450 mil participantes em ações abertas ao público e 360 mil participantes em ações fechadas ao público (Figura 03).

¹² <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Relatorio-Semana-ENEF-2019.pdf>

Figura 03 - Perfil de Participantes

Fonte: Vida e Dinheiro (2019).

De acordo com o relatório sobre a 6ª Semana ENEF, foram realizadas apresentações sobre a Semana ENEF em várias capitais brasileiras. Em Belo Horizonte, foi desenvolvida a temática “Educação Financeira e Empreendedora nas escolas de Ensino Fundamental” (VIDA E DINHEIRO, 2019). Em São Paulo, foi abordado sobre a Educação Financeira nas escolas: como avaliar o impacto das ações educacionais? O evento também aconteceu em Belém discutindo o seguinte tema: Como trabalhar o desenvolvimento profissional do professor? E, por fim em Brasília o tema abordado foi “ Como inserir projetos educacionais nas escolas?”

Nas figuras 4 e 5, seguem fotos da 6ª Semana ENEF retiradas do *site* Vida e Dinheiro:

Figura 4 - EF nas Escolas em Belo Horizonte

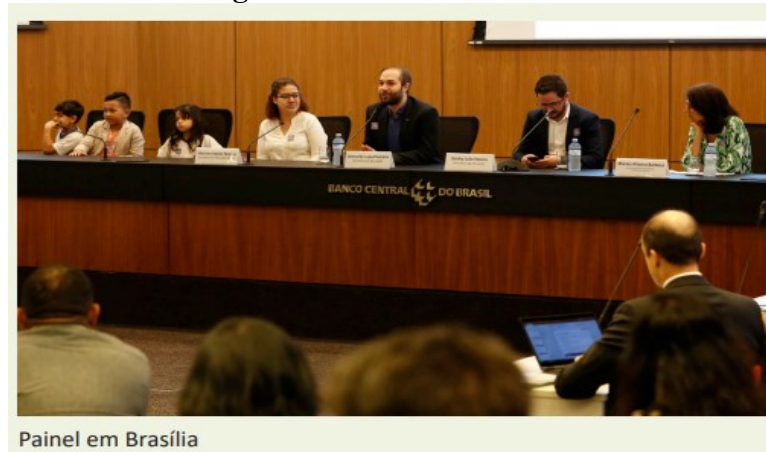
Fonte: Vida e Dinheiro (2019).

Em Belo Horizonte o evento aconteceu com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae-MG) e parceria entre a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e o Banco Central do Brasil (VIDA E DINHEIRO, 2019).

Em Brasília, o evento foi organizado pelo BCB com a participação do Conselho

Nacional de Educação (CNE), da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, do Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais e do Ministério da Educação (MEC) (figura 5).

Figura 5 - Painel em Brasília



Fonte: Vida e Dinheiro (2019).

Ações como essas permitem aos jovens contato com a Educação Financeira e assim fomentar a discussão sobre o tema em casa, na escola e com os amigos e ampliar a conscientização financeira, sem dúvida o resultado é benéfico para todos.

4.3 Sistema Financeiro Nacional (SFN)

De acordo com o Banco Central do Brasil (2022) o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por instituições e entidades - que serão detalhadas ao longo desta seção - que visam promover a intermediação financeira, entre credores e devedores.

4.3.1 Organização do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O SFN é estruturado por operadores, agentes normativos e supervisores. Os operadores oferecem serviços financeiros, atuando como intermediários. Os agentes normativos definem as regras gerais para o bom funcionamento do sistema. As entidades fiscalizam os integrantes de todo o sistema sobre o cumprimento das regras definidas pelos órgãos normativos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d)¹³.

¹³ <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp?frame=1>

Os Órgãos Normativos, dividem-se em Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d).

O CMN instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é o órgão normativo responsável pela elaboração da política da moeda e do crédito. Seu objetivo é promover a estabilidade da moeda e gerar desenvolvimento econômico e social no país (BRASIL, 1964).

O CNSP, criado pelo Decreto-lei nº73, de 21 de novembro de 1966, é o órgão responsável por estabelecer diretrizes e normas dos seguros privados, contratos de capitalização e previdência complementar aberta (BRASIL, 1966).

O CNPC promulgado pelo Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010 é o conselho responsável por regular o regime de previdência complementar. Dedicada aos funcionários de empresas, servidores públicos e integrantes de associações ou entidades de classe (fundos de pensão) (BRASIL, 2010b).

Os órgãos supervisores dividem-se em Banco Central (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d)¹⁴.

O BACEN foi criado pela Lei nº 4.595/1964 e com autonomia estabelecida pela Lei Complementar nº 179/2021, é uma autarquia que tem como missão garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade. É responsável também por executar a estratégia estabelecida pelo CMN e manter a inflação sob controle (BRASIL, 1964; BRASIL, 2021).

A CVM é uma entidade autárquica instituída pela Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que tem como objetivo regulamentar o mercado de valores mobiliários no Brasil (mercado de ações) (BRASIL, 1976).

Já a SUSEP é uma autarquia responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguro, previdência complementar aberta e capitalização (BRASIL, 1966).

E por fim, a PREVIC, criada pela Lei 12.154, de 23 de dezembro de 2009, é uma autarquia responsável por fiscalizar e supervisionar as atividades das entidades responsáveis pela previdência complementar e execução das políticas definidas pela CMN e CNPC (BRASIL, 2009).

¹⁴ <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp?frame=1>. Acesso em: 09 nov. 2022.

Já os órgãos denominados de operadores são divididos em: bancos e caixas econômicas, administradoras de consórcios, bolsa de valores, seguradoras e resseguradoras, Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão), cooperativas de crédito, corretoras e distribuidoras além da bolsa de mercadorias e futuros (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d).

Os bancos e caixas econômicas são instituições financeiras que possuem custódia do dinheiro e são responsáveis por intermediar entre quem precisa e quem deseja poupar. Os bancos e as caixas econômicas oferecem serviços financeiros, como por exemplo, empréstimo, saque, investimentos e outros.

A administradora de consórcios, regulamentada pela Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, é a pessoa jurídica prestadora de serviços com o objetivo de proporcionar aos integrantes sejam pessoas físicas ou jurídicas a aquisição de um bem ou serviço, através do autofinanciamento (BRASIL, 2008).

O consórcio foi criado em 1962, por funcionários do Banco do Brasil, em decorrência das instalações das indústrias automobilística no país e da falta de oferta de crédito. Este grupo idealizou o consórcio para que pudessem adquirir um automóvel e durante muitos anos o consórcio foi realizado para adquirir um único bem: o carro.

No ano 1967, o governo estabeleceu normas para regulamentar o consórcio e fundou a Associação Brasileira de Administradores de Consórcios (ABAC). A Associação era responsável por representar a classe frente aos órgãos públicos e privados, imprensa, consumidores e sociedade.

Já nos anos 1980, o consórcio se estendeu para aquisição de eletrônicos como televisores, videocassetes, motocicletas, caminhões e máquinas agrícolas. E, em 1988 o consórcio foi mencionado na Constituição federal como Competência privativa à União de legislar sobre o sistema de consórcios e sorteios (BRASIL, 1988).

Em 2008 o sistema de consórcio foi regulamentado pela Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, considerado um marco histórico. Hoje o sistema encontra-se consolidado em nosso país sendo possível imóveis, móveis e serviços. O presidente da ABAC, Paulo Roberto Rossi, menciona que o consórcio, nos últimos dez anos, vem crescendo de maneira expressiva em nosso país (ABAC, 2022).

A fim de identificar a classe social, o gênero e a idade dos adeptos à modalidade de consórcio, em 2015 a ABAC realizou uma pesquisa com 1.400 consorciados e possíveis clientes em oito capitais brasileiras. Depreendeu-se dessa pesquisa que a classe C predomina,

representando 44% e a classe D representa 23% das pessoas que optam pelo consórcio. Em relação ao gênero, os homens representam 60%, mas as mulheres estão se tornando adeptas também a esta modalidade, a adesão por parte delas ao consórcio aumentou em 4% em relação ao ano de 2014. As pessoas com 50 anos de idade ou mais representam 34% dos participantes da pesquisa, os adultos na faixa de 30 a 39 anos totalizam 26%, ao passo que os consorciados de 40 a 49 anos representam 23%. Os jovens de até 29 anos somam 17% (ABAC, 2016).

A bolsa de valores, regulamentada pela lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, é um ambiente de negociação entre quem deseja vender papéis (ação) e quem deseja comprar (BRASIL, 1965).

A bolsa de valores impacta diretamente no desenvolvimento econômico do país, pois o dinheiro circula e as empresas, com os recursos captados dos investidores, podem expandir suas atividades ou gerar melhorias, por conseguinte há o aumento da empregabilidade. No entanto, a bolsa de valores não impacta somente as instituições, mas sim, toda a sociedade. Ela gera investimento, renda, emprego e transparência nas organizações, melhorando, portanto, a qualidade de vida da população.

Já as seguradoras asseguram até o limite em que conseguem assumir o risco, quando o valor ultrapassa a capacidade de pagamento, a resseguradora fornece o capital financeiro.

As chamadas entidades fechadas de previdência complementar ou fundos de pensão, são regulamentados pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e são responsáveis por gerenciar previdência privada dos colaboradores de empresa ou servidores ou profissionais pertencentes às entidades de classe (BRASIL, 2001). Os participantes realizam contribuições adicionais no mesmo período em que contribuem à previdência social, gerando um benefício previdenciário complementar ao da previdência social. Por exemplo, a previdência complementar destinada aos servidores federais dos poderes Executivo e Legislativo, de suas autarquias e fundações.

Segundo a Agência Senado, os fundos de pensão são opções de investimento para proporcionar uma aposentadoria complementar, como forma de aumentar os recursos recebidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Totalizam em nosso país 369 fundos que administram patrimônio de R\$ 460 bilhões. O Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil é o maior fundo de pensão do país. Os fundos de pensões recebem as contribuições pessoais dos participantes e da instituição, ou seja, o empregado paga uma parte da contribuição e a empresa complementa a outra parte (BRASIL, 2022).

As Cooperativas de crédito, instituídas pela Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de

2009 são instituições financeiras que possuem a finalidade de prestar serviços financeiros aos seus associados (BRASIL, 2009). “Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando da gestão da cooperativa e usufruindo de seus produtos e serviços” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d).

As corretoras e distribuidoras são empresas que atuam no mercado financeiro e no mercado cambial, são intermediadoras entre investidores e tomadores de recursos. Um exemplo é a XP Investimentos.

Existe também a bolsa de mercadorias e futuros que são associações privadas civis, com objetivo de efetuar o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações realizadas em pregão ou em sistema eletrônico (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d).

Por fim, há também outras instituições que ofertam serviços financeiros como as entidades abertas de previdência, instituições de pagamento, demais instituições não bancárias e sociedades de capitalização.

Compreender o Sistema Financeiro permite ao indivíduo se tornar mais consciente para tomada de decisões que envolvam dinheiro, como por exemplo, decidir entre adquirir um bem através de um consórcio ou de um financiamento. Com isso, o resultado é uma sociedade com mais conhecimento financeiro e mais solidez no Sistema.

4.4 Contexto da reforma do ensino médio - Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

4.4.1 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabeleceu as diretrizes e as bases da educação nacional - LDB. A educação escolar é composta pela Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e pela Educação Superior (BRASIL, 1996).

A educação deve seguir os princípios de condições igualitárias para acesso à escola, concebendo liberdade no processo de ensino, aprendizagem, pesquisa e cultura, contemplando ideias plurais e concepções pedagógicas. A LDB 9394/96 assegura também que instituições educacionais públicas e privadas coexistam, com garantia de direito do ensino público gratuito.

Quanto aos profissionais da educação, a lei assegura o processo de valorização profissional, além de promoção de uma gestão democrática. O art. 3º defende ainda padrão de qualidade do ensino garantido, através da valorização da experiência extraclasse, promovendo

o vínculo entre trabalho, educação e práticas sociais (BRASIL, 1996).

Em seu art. 4º, da LDB 9394/96, fica definido que o Estado tem como dever com a educação escolar pública de garantir Educação Básica e gratuita para crianças e adolescentes na faixa etária entre 4 e 17 anos de idade, contemplando desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Além da obrigatoriedade de atendimento educacional especializado aos alunos que necessitem desse atendimento, oferta de vagas para cidadãos que não conseguiram concluir os estudos na idade esperada, como a Educação de Jovens e Adultos e ensino público noturno regular, entre outros (BRASIL, 1996).

Ainda, sobre a Lei nº 9.394, os Art.8º, 9º, 10º e 11º evidenciam a organização da educação na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, ficando a coordenação das políticas educacionais nacionais a cargo da União, por meio da criação do Plano Nacional de Educação. A União passa a ser incumbida de promover os processos de cunho financeiro, avaliativo, técnico e organizacional da educação brasileira (BRASIL, 1996).

Os Estados ficam responsáveis pela organização do Ensino Fundamental – principalmente oferta do Ensino Médio gratuito, juntamente com os municípios, além de regulamentar planos e políticas educacionais pautadas nas Diretrizes Nacionais de Educação. Ficam incumbidos também da fiscalização, credenciamento e avaliação da Educação Superior (BRASIL, 1996).

Por fim, aos municípios cabe responsabilizar-se e adequar seu sistema educacional às políticas públicas nacionais e estaduais e proporcionar à população a oferta de Educação Infantil – prioritariamente e o Ensino Fundamental e proporcionar gratuidade de transporte escolar aos alunos da rede municipal (BRASIL, 1996).

4.4.2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter técnico e normativo, previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de 2014, elaborado por especialistas de diversos setores de todo o Brasil, regulamenta quais aprendizagens essenciais os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), sendo, portanto, referência obrigatória para as escolas públicas e particulares em âmbito municipal, estadual e Distrito Federal quanto à formulação de seus currículos (BRASIL, 2017).

Em 1980, na Conferência Brasileira de Educação, aconteceu os primeiros ensaios para

formação de uma base nacional curricular. Nesta conferência, realizada em meados de março e abril, foi instituído o Comitê Pro Participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura, transformada posteriormente, em 1983, pela Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores. Em 1990, esta comissão passou a ser chamada de Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. A ideia inicial era oferecer uma orientação para formação dos profissionais da educação. Por fim, a BNCC é elaborada e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2017).

A análise da BNCC sob uma perspectiva da pedagogia histórico-crítica permite um olhar mais crítico sobre a educação no contexto capitalista.

Saviani (2013) defende que

Quanto às bases teóricas da pedagogia histórico-crítica, é óbvio que a contribuição de Marx é fundamental. [...] Portanto, trata-se de uma dialética histórica expressa no materialismo histórico, que é justamente a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo (SAVIANI, 2013, p.119)

Portanto leva a reflexão que a educação possui uma relação com a sociedade e que ocupa um papel importante no sistema capitalista, por isso a elite é tão atuante em políticas educacionais, para se ter o domínio da classe trabalhadora, prevalecendo, portanto, o interesse da elite.

Neste sentido, a própria escola exerce função social educando os alunos através dos meios disponíveis, constituindo uma relação escola-sociedade. As necessidades sociais são balizadoras na elaboração dos currículos escolares: “[...] são as necessidades sociais que determinam o conteúdo, isto é, o currículo da educação escolar em todos os seus níveis e modalidades” (SAVIANI, 2016, p. 62).

Um dos desafios para a elaboração da BNCC, em especial, no Ensino Médio, em que predominam adolescentes e jovens é adotar uma proposta educacional que atenda às necessidades de um mundo contemporâneo, volátil, complexo e tecnológico, evidenciando a necessidade de adaptação dos jovens no mercado de trabalho e nas relações humanas. É nesta etapa que os jovens se preparam para o mundo do trabalho e para os desafios que a vida lhes apresenta.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, s/p) em seus artigos 35 e 35A:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

I - Linguagens e suas tecnologias;

II - Matemática e suas tecnologias;

III - Ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - Ciências humanas e sociais aplicadas (BRASIL, 1996, s/p).

Em um cenário cada vez mais complexo, fluido, tecnológico, que demanda adaptação e abrir-se para o novo, faz-se necessário repensar constantemente os conteúdos curriculares, a fim de preparar os jovens para o novo e para o mundo do trabalho. Sendo assim, a Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017) estabelece uma Base Nacional Comum Curricular e itinerários formativos dentre os quais a formação técnica e profissional.

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - Linguagens e suas tecnologias;

II - Matemática e suas tecnologias;

III - Ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - Ciências humanas e sociais aplicadas;

V - Formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. (BRASIL, 2017, p. 01)

O Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017) que propõe um maior tempo na escola e insere a possibilidade de mais práticas com o itinerário formativo profissional, mas, ao mesmo tempo, permite a diferenciação na formação dos jovens de diferentes maneiras de acordo com sua condição social e lugar que estuda, ou seja, na escola pública ou particular podendo causar uma formação dual e limitada.

Segundo Fagiani (2019)

o discurso que contempla a falta de atratividade do ensino propedêutico, a atratividade do ensino prático, a empregabilidade do jovem trabalhador, maior qualificação da força de trabalho jovem, resposta desta qualificação à demanda do mercado de trabalho e competitividade internacional é amplamente disseminado induzindo os estudantes especialmente os de mais baixa renda pertencentes à classe trabalhadora, a optarem pela Educação Profissional em cursos técnicos no ensino médio com formação específica para o mercado de trabalho e, até, a possível continuação dos estudos na Educação Superior. No entanto, concretamente, como já mencionado anteriormente, a quantidade de jovens trabalhadores da Educação Profissional que dão continuidade aos estudos na Educação Superior é mínima (FAGIANI, 2019, p. 55-56).

Essa diferenciação de condições sociais dos jovens, que induz a opção pela Educação Profissional mostra a necessidade da conscientização do funcionamento da questão financeira no contexto capitalista e as fases de vida do sujeito social.

4.5 Reforma do Ensino Médio e temas contemporâneos Transversais na BNCC: temas especiais e temas contemporâneos

Segundo a BNCC os temas especiais estabelecem a ligação entre componentes de áreas de conhecimento comuns e entre áreas diferentes que fazem parte da Educação Básica. Os temas são voltados para formação da identidade e interação social e ambiental inseridos em contexto de vida dos cidadãos (BRASIL, 2017).

As temáticas visam desenvolver dimensões políticas, éticas, cognitivas, sociais, estéticas e críticas sobre uma formação humana holística. Nesse contexto, a BNCC trata de componentes especiais, pautados em economia, sustentabilidade, Educação Financeira, entre outros (BRASIL, 2017).

Os temas contemporâneos transversais atravessam as disciplinas que compõem o plano curricular no Ensino Médio. A BNCC considera 6 (seis) áreas macro temáticas, sendo elas: Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde.

Na atualidade, são 15 Temas Contemporâneos dentro dessas 6 áreas macro temáticas, dentre eles, a Educação Financeira. Entende-se que a discussão do tema se faz necessário em sala de aula, em virtude de ele fazer parte do dia a dia dos alunos, por contribuir na formação desses e ser decisivo na vida destes quando adultos.

A Educação Financeira está relacionada com a competência específica 3 da BNCC:

Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente (BRASIL, 2017, p. 531).

Em síntese, a BNCC orienta que o ensino deve ser efetivado nas escolas no sentido de utilizar estratégias que fomentem a discussão sobre a Educação Financeira, evidenciando a importância de se argumentar sobre a relevância do tema, ensinar os estudantes a interpretar e resolver problemas referentes a finanças.

A escola é o local onde os alunos adquirem conhecimentos e sociabilidade, além de fazerem escolhas para seu futuro profissional e social. Nesse contexto, a Educação Financeira possui um papel importante no contexto de um tema transversal por estar presente em diferentes disciplinas curriculares e formar cidadãos para os desafios e conquistas da vida adulta (VIDA E DINHEIRO, 2017).

Um dos marcos legais para inclusão do Tema Contemporâneo Transversal, Educação Financeira, é o Decreto nº 7.397/2010 (Revogado pelo Decreto nº 10.393/2020) que institui a ENEF (BRASIL, 2010a).

Segundo Brasil (2022)¹⁵:

A Educação Financeira tem o propósito de capacitar as crianças e jovens para estabelecerem julgamentos, tomar decisões e atuar de forma crítica e reflexiva em relação aos problemas, e possíveis soluções, impostos pela vida econômica na sociedade. Essas experiências somarão ao longo do seu crescimento, promovendo influência direta na formação de sua cidadania (BRASIL, 2022, p. 23-24).

Outro ponto interessante a destacar é a noção de sustentabilidade:

A ideia de poupar, por exemplo, extrapola a área econômica e precisa ser tratada, sobretudo, em tempos que a sustentabilidade assume um espaço de destaque. Semelhante à ideia de poupar, o entendimento e as práticas sobre aplicações, ainda se encontram distantes das classes populares. Assim, a Educação Financeira contribui para mostrar possibilidades para que o estudante perceba que, uma vida melhor está diretamente relacionada ao ato de planejamento financeiro. (BRASIL, 2022, p. 24-25)

15

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_economia_consolidado_v_final_09_03_2022.pdf

Ainda, a BNCC menciona que o tema EF está amparado pelo Decreto que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, ademais o material pedagógico recomendado para os professores são os disponíveis no *site* oficial da ENEF (vidaedinheiro¹⁶), portanto, há uma relação direta entre a BNCC e a ENEF (BRASIL, 2022)

Inserido nesse contexto, o itinerário formativo utiliza as premissas da Estratégia Nacional de Educação Financeira (BRASIL, 2010a) utilizando as metodologias propostas pelo documento de orientação para Educação Financeira nas escolas, com objetivos pautados no Novo Ensino Médio (BRASIL, 2022).

O MEC, juntamente com o CONEF produziram o material de referência para esse itinerário, com a proposta de garantir autonomia aos professores no desenvolvimento das temáticas propostas.

Brasil (2022) detalha as competências que podem ser adquiridas ao abordar Educação Financeira nas escolas, conforme demonstrado na figura 06.

¹⁶ <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>

Figura 06 – Competências que podem ser adquiridas com o conteúdo de Educação Financeira

BNCC	EDUCAÇÃO FINANCEIRA
1 - Conhecimento	Conhecimento socioeconômico é fundamental para agir e se posicionar na sociedade e no mundo do trabalho.
2 - Pensamento científico, crítico e criativo	Desenvolver a capacidade de compreensão, análise, reflexão para tomada de decisões financeiras.
3 - Repertório cultural	Conhecer, valorizar e intervir na produção cultural, a partir de planejamento e execução financeira.
4 - Comunicação	Compreender e divulgar conceitos financeiros.
5 - Cultura digital	Construção da alfabetização financeira e da habilidade de criar soluções para problemas (do mundo do trabalho e pessoais) com o auxílio de recursos digitais.
6 - Trabalho e projeto de vida	Fornecer elementos para compreender o mundo do trabalho e fazer escolhas para seu projeto de vida de maneira refletida e autônoma.
7 - Argumentação	Construir a capacidade de formular, negociar, organizar e defender ideias com base em conceitos financeiros.
8 - Autoconhecimento e autocuidado	Reconhecer emoções, desejos e associá-los a sua responsabilidade em poupar e fazer escolhas.
9 - Empatia e cooperação	Fazer-se respeitar por suas escolhas pensadas e contribuir para trabalhos cooperativos e atuação no mundo das finanças.
10 - Responsabilidade e cidadania	Tomar decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários

Fonte: (BRASIL, 2022, p. 44).

No quadro acima são listadas no Caderno de Economia (Educação Financeira, Educação Fiscal e Trabalho) da Série Temas Contemporâneos Transversais Base Nacional Comum Curricular (BNCC) as competências que podem ser adquiridas ao implementar a Educação Financeira no Ensino Médio.

O caderno de Economia (Educação Financeira, Educação Fiscal e Trabalho) detalha essas competências:

- Aprender a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável;
- Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisões financeiras autônomas, baseadas em mudança de atitude;
- Aprender a planejar a curto, médio e longo prazos;
- Valorizar e utilizar os conceitos de educação financeira para explicar a realidade e construir seu projeto de vida;
- Exercitar a curiosidade intelectual para investigar causas e resolver problemas financeiros;
- Utilizar diferentes linguagens para comunicar e partilhar informações e conhecimentos financeiros; e
- Agir pessoal e coletivamente na aplicação de conhecimentos financeiros com autonomia, responsabilidade, resiliência e ética. (BRASIL, 2022, p. 43)

A Reforma do Ensino Médio originou-se a partir da Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016) e da promulgação da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, (BRASIL 2017) que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral visando a integração da Educação Básica e a Técnica em nível médio, mais especificamente, a integração do Ensino Médio com a Formação Técnica, os quais os currículos sejam ministrados de forma integrada e em tempo integral, considerando a formação global do aluno.

Segundo a Lei, a carga horária mínima anual será ampliada de forma progressiva para 1.400 horas (BRASIL 2017). O esperado é que, com a ampliação da carga horária, seja oferecido o conteúdo de Educação Financeira, com o objetivo de proporcionar uma formação social e profissional do educando.

O ex-reitor da Universidade de Brasília e ex-secretário da Educação do Distrito Federal, Antônio Ibanez Ruiz¹⁷, menciona que a Reforma do Ensino Médio foi iniciada em 2010, com a discussão sobre a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, homologadas em 1998. Segundo o autor, foram realizadas audiências públicas com professores, alunos, universidades, ONGs, dirigentes de todas as esferas públicas, sindicatos e representantes do Parlamento da área da Educação (RUIZ, 2017).

Ocorre que, em 2013, segundo Ruiz (2017), houve a criação da Comissão Especial da Câmara Federal para realizar a Reforma do Ensino Médio, porém o processo da reforma não aconteceu nos moldes das discussões realizadas a partir de 2010, desfazendo portanto toda contribuição daqueles que deliberaram sobre as pautas discutidas.

Ruiz (2017) afirma:

O resultado da proposta do MEC: ignora a reforma do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular que vinha acontecendo, atropelando todas as discussões com a sociedade para impor propostas não discutidas de interesse específico de dirigentes da educação (RUIZ, 2017, p. 01).

Somado a isso, apesar de serem ofertados os itinerários formativos para os alunos realizarem a sua escolha de optar pelos conteúdos em conformidade ao futuro profissional desejado, a realidade é distante do proposto, visto que há uma carência de docentes nas escolas, sobre isso:

continuamos assistindo em muitos estados brasileiros, logo no início do ano letivo, a dificuldade em alocar professores em determinadas disciplinas.

¹⁷ <http://confetam.cut.org.br/artigos/a-reforma-do-ensino-medio-f961/>

Então, se não há professores disponíveis em todos os conteúdos, não poderá haver diversos itinerários ofertados pela escola (RUIZ, 2017, p. 01).

Teixeira (2017) define a temática dos itinerários, a saber:

Define itinerários formativos como os caminhos possíveis que um estudante pode seguir durante sua trajetória acadêmica e de formação, como o conjunto de etapas que compõem a organização da oferta da Educação Profissional pela instituição de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito de um determinado eixo tecnológico (TEIXEIRA, 2017, p. 16028).

A Reforma do Ensino Médio deveria preparar o aluno para além do mercado de trabalho, evitando a interrupção dos estudos e preparando o estudante para ingressar no Ensino Superior a fim de garantir uma melhor qualidade de vida e a não sujeição ao imediatismo, ao capitalismo e ao sistema financeiro.

Teixeira (2017) endossa esse pensamento:

A reforma do ensino médio, ao instituir o itinerário de formação técnico profissional suprime o caráter que a LDB trazia do ensino médio como etapa final da educação básica. A precoce formação profissional técnica e a inserção do estudante no mundo de trabalho têm como objetivo diminuir a demanda pela educação superior. (TEIXEIRA, 2017, p. 16037).

A presente pesquisa se preocupou principalmente com os jovens que estudam em escola pública, pois são eles que mais possuem dificuldades em educar-se financeiramente. Gontijo (2018)¹⁸ discorre sobre isso:

Existe uma grande desigualdade na sociedade brasileira; justamente a parcela mais pobre é a que mais frequenta a escola pública. Essas crianças e jovens da escola pública são as que precisam ter uma Base Nacional Comum com todas as disciplinas básicas, que contemplem as suas singularidades, possibilitando uma formação integral, seja nas áreas das Humanas, das Exatas, das Linguagens ou da Ciências da Natureza. Assim, exercer o direito constitucional do acesso a tudo o que é básico, em todas as áreas, e é por esse motivo que é chamada Educação Básica. Se é básica, deve igual a todos, em especial aos que mais sofrem com a desigualdade (GONTIJO, 2018, p. 72).

Conclui-se que é necessário que o Novo Ensino Médio ofereça aos alunos uma formação para a vida e para o trabalho e que a Educação Financeira nas escolas neste contexto pode proporcionar melhor qualidade de vida aos educandos.

¹⁸ Para melhor aprofundamento sobre a temática da Reforma do Ensino Médio, ver <http://dspace.uniube.br:8080/jspui/bitstream/123456789/631/1/Jos%c3%a9%20Romero%20Machado%20Gontijo.pdf>.

4.6 A abordagem docente

Na seção 2 foi possível identificar um aumento significativo de trabalhos sobre Educação Financeira nos programas de matemática, o que possibilita ao docente um maior contato com tema, que vem ganhando relevância em âmbito nacional a partir de iniciativas voltadas para a sociedade, por exemplo as iniciativas da ENEF e em ambiente acadêmico, o que proporciona ao docente uma maior interação com a Educação Financeira.

Ao analisar a grade curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia observa-se que as disciplinas são voltadas para as áreas humanas, como psicologia, sociologia, filosofia e outras, não há nas disciplinas obrigatórias e eletivas matérias relacionadas à Educação Financeira ou à área de exatas, diante disso os alunos e futuros educadores, geralmente, apresentam pouco preparo no que tange Educação Financeira (anexo 1)¹⁹.

O tema Educação Financeira é relevante na formação integral dos cidadãos, por isso é necessário que seja inserido em sala de aula, adicionado à necessidade de atender as diretrizes da BNCC. Para isso é importante que essa temática seja mais compreendida pelos professores, através de formação continuada, para que eles possam estar em constante atualização e qualificação profissional. A oferta de cursos em Educação Financeira para o docente gera um campo reflexivo para educadores e pesquisadores, além de promover o aprimoramento pedagógico.

André (2010) salienta que a formação docente deve ser pensada como um aprendizado profissional ao longo da vida, o que implica envolvimento dos professores em processos intencionais e planejados, que possibilitem mudanças em direção a uma prática reflexiva em sala de aula. Neste sentido, Ghedin (2012) afirma que não há conhecimento pronto e acabado, do mesmo modo que não há vida absoluta. Tudo é processo contínuo de construção e de autoconstrução.

Ao pensarmos que Educação Financeira é pouco discutida em casa, nas escolas e nos cursos de pedagogia nos faz refletir como o docente pode se preparar para lidar com a temática com mais familiaridade, por isso a conscientização sobre Educação Financeira é o primeiro passo. As mudanças não ocorrerão de imediato, mas é fundamental ter a consciência de sua necessidade para que a sociedade consiga sair deste círculo vicioso. É, portanto uma problemática social. “De certa forma, há reconhecimento de que, para saber ensinar, não bastam experiência e conhecimentos específicos, mas se tornam necessários os saberes da experiência,

¹⁹ http://www.faced.ufu.br/system/files/conteudo/grade_curricular_2013-pdf.pdf

os saberes produzidos no cotidiano docente, por meio de reflexões sobre a prática” (SÁ, 2012, p. 27).

Atualmente, a discussão em sala de aula sobre a temática Educação Financeira é inevitável, devido às diretrizes da BNCC e ENEF que fomentam a EF nas escolas. Assim, torna-se imprescindível que os docentes se preparem de maneira consistente para esta nova realidade. Neste sentido Sá (2012) afirma que os professores devem sair da sua zona de conforto e assumirem uma zona de risco, visando contribuir para a formação de alunos preparados para enfrentarem as mudanças do mundo moderno.

SEÇÃO 5. PRODUTO EDUCACIONAL

5.1 Apresentação

A importância deste Produto Educacional se justifica uma vez que ,segundo a OCDE (2005, p. 6) “a educação financeira deve começar na escola. As pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas”.

Este Produto Educacional é resultado da presente pesquisa intitulada de “EDUCAÇÃO FINANCEIRA: sua importância no Ensino Médio”, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação: formação docente para a Educação Básica – Mestrado Profissional sob a orientação do Prof. Dr. Cílon César Fagiani. A proposta foi elaborar cartões informativos com base no referencial teórico do trabalho e no que foi proposto ao longo da pesquisa para auxiliar os docentes no que tange à Educação Financeira. É permitida a reprodução dos cartões, em caso de reprodução sugerimos verificar o *link* dos *sites* indicados se ainda estão ativos.

Nossa expectativa é apresentar a Educação Financeira para os docentes em formato de cartões educacionais, incentivando os professores a realizarem o seu planejamento. A proposta é mostrar a base da Educação Financeira com o objetivo de despertar no profissional a curiosidade sobre o tema e conseqüentemente poderá auxiliar no entendimento sobre suas finanças e como resultado, aprimorar o debate sobre Educação Financeira com os alunos.

Esperamos que os cartões educativos possam ser úteis, assim, fomentar a conscientização Educação Financeira nas escolas, fortalecendo cada vez mais a cultura sobre EF em nosso país.

5.2 Título do Produto Educacional

Cartões Educativos sobre Educação Financeira.

5.3 Público-Alvo e Nível de Ensino

Professores e alunos do Ensino Médio.

5.4 Objetivos

- Estimular o conhecimento sobre orçamento pessoal e familiar.
- Ampliar o conceito sobre os conceitos básicos de Educação Financeira.
- Compreender o quanto a falta de planejamento financeiro afeta negativamente o cotidiano, fato que pode influenciar os sentimentos e as relações interpessoais.
- Despertar o interesse sobre o tema nos docentes e evidenciar o quanto esse assunto é relevante ser discutido e ensinado em sala de aula.
- Incentivar os docentes a estimularem seus alunos a partir de sua experiência com os cartões.

5.5 Descrição do Produto Educacional

Os Cartões Educativos sobre Educação Financeira contêm informações importantes para ajudar o docente e o aluno em seu orçamento pessoal e/ou familiar, evidenciando a importância de elaborar uma planilha de entradas (receitas) e saídas (despesas) para assim, gerir melhor a sua renda.

Os Cartões foram elaborados a partir de uma linguagem de fácil entendimento e recursos visuais a fim de orientar o docente e o aluno a terem uma melhor gestão de suas finanças, contribuindo para o entendimento da necessidade desse controle e que deve ser um hábito.

5.6 Produto educacional: Cartão Educativo - Educação Financeira Escolar

A seguir, é apresentado o Produto Educacional, denominado de Cartão Educativo: Educação Financeira (figura 07).


Figura 07 - Cartão educativo: Educação Financeira

CARTÃO EDUCATIVO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR


Vamos falar sobre orçamento pessoal e/ou familiar?

Importância da Educação Financeira




O orçamento pessoal (ou familiar) deve ser iniciado a partir do registro de tudo que você (ou sua família) ganha e gasta durante um período. Ao elaborar o orçamento é necessário organizar e planejar suas despesas, com o objetivo de gastar de forma consciente o seu dinheiro, suprir suas necessidades de acordo com as prioridades conscientemente definidas e quando possível guardar dinheiro.

O orçamento pessoal e/ou familiar é uma ferramenta de planejamento financeiro que pode contribuir para uma vida mais tranquila e sustentável. Para um bom planejamento é necessário saber onde se quer chegar. É importante que toda movimentação de recursos financeiros, incluindo as receitas (rendas), as despesas (gastos) e possíveis poupanças estejam anotadas e organizadas.



Diferencie suas receitas fixas (salário) e variáveis (ganhos com aulas particulares) das despesas fixas (aluguel, prestação de um financiamento) e variáveis (gasto com alimentação, que varia conforme o consumo).

O ideal é que o registro seja feito semanalmente a cada mês. É preciso que você reserve um tempo para isso.



Uniube
UNIVERSIDADE DE UBERABA

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTOS E PLANEJAMENTO
Orientador: Prof.º Dr. Cilson César Fagiani
Mestranda: Mariane Ferreira Morlin
Ano 2023

CARTÃO EDUCATIVO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR

Vamos falar sobre orçamento pessoal e/ou familiar?

Importância da Educação Financeira



Quando se realiza o planejamento financeiro você observa como suas finanças se comportaram ao longo do mês e irá agir, corretiva e preventivamente, para que seu salário e sua renda proporcionem o máximo de benefícios, conforto e qualidade de vida para você! (BCB, 2013).

COMO FAZER O ORÇAMENTO?

É necessário registrar todas as entradas e saídas.

Onde?

Em uma planilha de excel ou baixar um aplicativo em seu smartphone. É possível baixá-los gratuitamente na internet ou no sistema Android ou IOS.

APLICATIVOS

- IOS: Mobills - Controle de Gastos
- IOS: Minhas Economias - Controle Financeiro e gastos
- ANDROID: Mobills -Finanças Pessoais
- ANDROID: Minhas Economias | Finanças

SITES

- Orçamento Familiar Prof. Edson Pamplona
<http://shorturl.at/fmIM2>

- Planilha BM e FBovespa Orçamento Pessoal
<http://shorturl.at/clQ48>



ATENÇÃO!!!

- Evite comprar por impulso.
- Utilize o cartão de crédito com parcimônia. Você sabia que a maioria dos brasileiros se endividam devido ao uso desenfreado do cartão de crédito?
- O endividamento seguido de inadimplência pode acarretar prejuízos emocionais, afetar as suas relações e o seu cotidiano.
- A falta de planejamento financeiro pode reduzir sua qualidade de vida.



CARTÃO EDUCATIVO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR

Importância da Educação Financeira



Educação Financeira é a soma de conhecimentos que assessora indivíduos no tocante a tomarem as melhores decisões financeiras em busca de qualidade de vida no presente e no futuro (MATTA, 2007).



Problemas financeiros podem gerar prejuízos emocionais e afetar as relações e o seu dia a dia. Realizar uma boa gestão de suas finanças é importante, uma vez que pode contribuir para uma independência financeira e quem sabe, uma aposentadoria tranquila.

Educação Financeira é uma forma de transmissão de saberes, que permite aos sujeitos competências para tomarem decisões assertivas quanto às suas finanças pessoais, que geram bem-estar a estes indivíduos (SAVOIA, SAITO, SANTANA, 2007).



Educação Financeira é o processo de gerar reflexão e conscientização dos conceitos financeiros em seu sentido mais amplo, permitindo às pessoas tomar decisões mais inteligentes e racionais.

Quando o indivíduo possui controle financeiro a partir de sua renda, ele pode viver melhor, porque consegue ter uma vida mais tranquila e saudável.

A partir do planejamento financeiro e da Educação Financeira você pode adquirir uma visão mais crítica, reflexiva e consciente e a não sujeição à condição atual. Gastando de maneira mais consciente, sabendo o valor do seu trabalho e conseqüentemente uma vida mais tranquila.

CARTÃO EDUCATIVO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR

Importância da Educação Financeira

Este cartão Educativo permite reprodução. Em caso de reprodução verificar se o link do site informado no cartão está ativo.

SUGESTÃO DE LEITURA

"EDUCAÇÃO FINANCEIRA: sua importância no Ensino Médio".

Autora: Mariane Ferreira Morlin

Orientador: Profº. Dr. Cilson César Fagiani

UNIUBE: Repositório Produtos e Dissertações
2023



REFERÊNCIAS

Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais (bcb.gov.br)
https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf

MATTA, R. O. B. Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SAVOIA, J. R. F., SAITO, A. T., SANTANA, F. A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. Revista De Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p.1121 a 1141.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a pesquisa realizada neste trabalho evidencia a necessidade e a importância do tema Educação Financeira nas escolas, em casa e nos veículos de comunicação para que os alunos e os docentes possam se envolver com o tema desde cedo e gerar uma conscientização financeira nos cidadãos.

O alto índice de endividamento acrescido da inadimplência mostra a realidade da nossa sociedade, somado a isso as políticas públicas referente a Educação Financeira são recentes identificadas em 2010 em nosso país, o que realça a falta de Educação Financeira em nossa sociedade, ou seja, um baixo letramento financeiro.

A ENEF tem contribuído de maneira positiva para a disseminação da Educação Financeira, embora a homologação da BNCC tenha incluído a Educação Financeira como um tema transversal de forma condicional e não obrigatória no Ensino Médio. A 6ª Semana ENEF de 2019 foi um avanço e o que se espera é que estas ações realizadas no presente sejam reflexo de uma boa Educação Financeira no futuro.

Não se muda uma realidade sobre a cultura de Educação Financeira na sociedade em um curto período, para isso é necessário um trabalho em conjunto e a longo prazo. O aumento de número de pesquisas nesta área corrobora para a importância do desenvolvimento deste tema nas escolas, e alinhado à formação continuada dos docentes, pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência financeira docente mais crítica, conseqüentemente estarão mais preparados para educar financeiramente seus alunos.

Portanto, é relevante que os estudantes aprendam Educação Financeira nas escolas para assim desenvolverem a noção de ganho, gasto, dívida, lucro e a importância de poupar e para que possam se envolver com o tema. Por conseguinte, se faz necessário desenvolver uma boa postura em relação à vida financeira, planejando e gastando conforme seus rendimentos. Dessa maneira, eles não se sujeitarão a condições de trabalho extenuantes de forma obrigatória, principalmente, sabendo o valor do tempo de sua vida.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Últimas Notícias PEIC**: Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/peic>, acesso em 20 dez. 2022.
- ANDERLONI, L.; VANDONE, D. Risk of overindebtedness and behavioral factors. **Social Science Research**. Los Angeles (EUA), 2010.
- ANDRÉ, M. (org.). Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Dossiê**: formatação de professores, currículo e prática. Porto Alegre, v, 33, n.3,p.174-181, set/dez, 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS. O boom na venda de consórcios faz o setor reviver os bons momentos. **Isto é Online**. São Paulo, set. 2022. Disponível em: [https://abac.org.br/sistema/noticiasTextuais/1_\(202211160254\)revista_istoe.pdf](https://abac.org.br/sistema/noticiasTextuais/1_(202211160254)revista_istoe.pdf). Acesso em: 20 nov. 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS. **Você sabe qual o perfil do consorciado no Brasil?** mar. 2016. Disponível em: <https://blog.abac.org.br/dicas-da-abac/voce-sabe-qual-o-perfil-consorciado-no-brasil>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Composição e segmentos do sistema financeiro nacional**, s/d. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp?frame=1>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938**. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Senado Federal: Brasília, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- BRASIL. **Deliberação MPS/SPC nº 3, de 31 de maio de 2007**. Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho com o propósito de propor estratégia nacional de educação financeira. São Paulo: ABRAPP, 2007.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>, 2018. Acesso em: 06 out. 2021.
- BRASIL. **Caderno de economia**: educação financeira, educação fiscal, trabalho. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_economia_consolidado_v_final_09_03_2022.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.
- BRASIL. **Conferências sobre educação financeira acontecerão em maio**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222->

537011943/20340-conferencias-sobre-educacao-financeira-acontecerao-em-maio. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais de Revisão. Casa Civil: Brasília, 05 out. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Secretaria-Geral: Brasília, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Casa Civil: Brasília, 2010a.

BRASIL. **Decreto nº 7.123, de 3 de Março de 2010**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e sobre a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, e dá outras providências. Casa Civil: Brasília, 2010b.

BRASIL. **Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966**. Dispõe Sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências. Casa Civil: Brasília, 1966.

BRASIL. Fundo de pensão. **Senado Notícias**. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/fundos-de-pensao>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Casa Civil,: Brasília, 2010. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. **Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001**. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Casa Civil: Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei complementar nº 130, de 17 de abril de 2009**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Casa Civil: Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021**. Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Secretaria Geral: Brasília, 2021.

BRASIL. **Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936**. Institui as comissões de salário mínimo. Câmara dos Deputados: Brasília, 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1->

pl.html#:~:text=1%C2%BA%20Todo%20trabalhador%20tem%20direito,%2C%20vestu%C3%A1rio%2C%20higiene%20e%20transporte. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009.** Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências. Casa Civil: Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Secretaria Geral: Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Casa Civil: Brasília, 1964.

BRASIL. **Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.** Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Casa Civil: Brasília, 1965.

BRASIL. **Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Casa Civil: Brasília, 1976.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Casa Civil: Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. **Marco legal:** saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Presidência da república, 2016.

CARVALHO, K. K. A. de. Educação financeira: um estudo sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil. 89 p. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www2.unifap.br/matematica/files/2017/01/TCC-2015-thiago-costa.pdf>. Acesso em 10 nov. 2022.

D'ÁQUINO, C. **Educação Financeira**: como educar seus filhos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

D'AQUINO, C. **Educação Financeira**: 4 pontos principais, 2021. Disponível em: <https://educacaofinanceira.com.br/escola/4-pontos-principais/> . Acesso em: 23 fev. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Janeiro de 2016**. São Paulo: DIEESE, 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf> . Acesso em 07 de nov. de 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos: salário mínimo nominal e necessário**. São Paulo: DIEESE, 2022a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1995>. Acesso em 07 nov. 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Custo da cesta básica aumenta em 12 capitais**: nota à imprensa. São Paulo: DIEESE, 2022b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202210cestabasica.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

DOMINGOS, R. Inadimplência record: veja 7 passos para sair desta situação. **Folha Vitória**. 2021. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/economia/noticia/02/2021/endividamento-e-inadimplencia-batem-recorde-veja-7-passos-para-sair-dessa-situacao>. Acesso em: 30 de out. de 2021.

DONADIO, R. *et al.* O papel do da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-93, 2012.

FAGIANI, C. C. **Brasil e Portugal**: qual a formação do jovem trabalhador para o século XXI?. Uberlândia: Navegando, 2019.

FAGIANI, C., C. **Educação e Trabalho**: a formação do jovem trabalhador no brasil e em Portugal a partir da década de 1990. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

GONTIJO. J.R.M. **Reforma do ensino médio: aspectos pedagógicos, formativos, legais e perspectivas**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2018.

GUIMARÃES, S.; GONÇALVES, R. M. L.; MIRANDA, I .A. Propensão ao Risco de Endividamento Excessivo dos Servidores Federais: Um Estudo na Universidade Federal de Viçosa–Campus Rio Paranaíba. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**. Viçosa, n. 12, p. 24-49, 2015.

KEESE, M.; SCHMITZ, H. Broke, ill, and obese: The effect of household debt on health. **Social Science Research Network**. Los Angeles (EUA), 2011. Disponível em: . Acesso em: 09 jan 2023.

MARQUES, M. M. L. **O endividamento dos consumidores**. Coimbra: Almedina, 2000.

MATTA, R. O. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MELO, M. A. F. **Educação financeira: educação financeira, poupança e investimento**. 2016. 138 p. Dissertação.(Mestrado em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

NITAHARA, A. **Endividamento das famílias bate novo recorde em julho**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-em-julho> . Acesso em: 13 out. 2021.

NITHARA, A. Percentual de famílias com dívidas a vencer atinge recorde de 78%: Alta nas duas faixas de renda ocorre depois de dois meses de queda. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-08/percentual-de-familias-com-dividas-vencer-atinge-recorde-de-78>. Acesso em: 10 nov. 2022.

OMAR, Jader H.D. Taxa de juros: comportamento, determinação e implicações para a economia brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 463-490, set. 2008.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD's Financial Education Project**. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: www.oecd.org/ . Acesso em: 31 de out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recomendação sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira**, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>. Acesso em: 14 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recomendações para educação financeira**, 2005. Disponível em: [http://www.oecd.org/daf/fin/financealeducation/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](http://www.oecd.org/daf/fin/financealeducation/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 28 jan. 2023.

PASCHOALINI, V.C. **Educação financeira no ensino médio: Levando conhecimentos financeiros e empreendedores a alunos adolescentes do município de Ubá – MG**. 2021. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/mestradoedumat/wp->

content/uploads/sites/134/2022/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Viviane.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022.

PENSSAM. **2º inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil: fome avança no brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas, 2022.** Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> . Acesso em: 09 nov. 2022.

PERETTI, L. C. **Educação Financeira: aprenda a cuidar do seu dinheiro.** Porto Alegre: Impressul, 2007.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão.** São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

REIS, G. C. H. **Organização pessoal financeira como instrumento para gerenciar endividamento.** 2017. 18 f. TCC (graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza, 2017.

RUIZ, A.I. A reforma do ensino médio. **CONFETAM.** São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2017. Disponível em: <http://confetam.cut.org.br/artigos/a-reforma-do-ensino-medio-f961/>. Acesso em: 24 de jan. 2023.

SÁ, I. P. **A educação matemática crítica e a matemática financeira na formação de professores.** 2012. 152 p. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2012.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Movimento.** Rio de Janeiro, s/v, n. 4, 2016, p.54-84.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11.ed. rev – Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVOIA, J. R. F., SAITO, A. T., SANTANA, F. A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista De Administração Pública.** Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p.1121 a 1141.

SERASA. **Pesquisa 2021 Endividamento:** um levantamento da Serasa sobre o perfil dos brasileiros endividados e o impacto da pandemia em suas finanças. São Paulo: Serasa Experian, 2021. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-endividamento/> Acesso em: 11 set. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, A.M; POWELL, A.B. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: XI ENEM - Encontro Nacional de Educação Matemática, **Anais...** 11, Curitiba, 2013.

SILVA, M. L. da. **Educação financeira na escola básica.** 2018, 132f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de

Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13070?show=full>. Acesso em 09 nov. 2022.

SILVA, T.C.; PEREIRA, W.A. **Educação financeira para alunos do ensino médio em Macapá-AP**. 2015. 68 p. Monografia (Graduação em Matemática) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015. Disponível em: <https://www2.unifap.br/matematica/files/2017/01/TCC-2015-thiago-costa.pdf>. Acesso em 09 nov. 2022.

SOARES, F. P.; MARCHITO, E. Educação Financeira No Brasil: uma análise da estratégia Nacional Para a educação Financeira (ENEF) sob a ótica do processo de elaboração de políticas públicas. **Revista Vianna Sapiens**. Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 34, 2019.

SOUZA, A. C. de. **Educação financeira**. 2021. 61 p. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Departamento de Matemática, Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21607/1/AlissonCoutinhoDeSouza_Dissert.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022.

SPERANDIO, L. Porque o Brasil é um país de analfabetos financeiros: e como isso atrapalha a nossa vida. **Gazeta do Povo**, 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-pais-dos-analfabetos-financeiros/#:~:text=%E2%80%9CO%20mais%20importante%20%C3%A9%20a,al%C3%A9m%20de%20dinheiro%20e%20finan%C3%A7as>. Acesso em: 23 fev. 2021.

TANNOUS, S. S. **Educação financeira: proposta curricular da ENEF no ensino médio**. 2017. 75 p. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Instituto de Matemática e Estatística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7622/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Samy%20Soubhe%20Tannous%20-%202017.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

TEIXEIRA, J. Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira. 2015. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/11025>. Acesso em: 10 nov. 2022.

TEIXEIRA, R., F., B. *et al.* Concepções de Itinerários Formativos a partir da Resolução cne/ceb nº 06/2012 e da Lei nº 13.415/2017. In: Seminário Internacional sobre profissionalização docente., 6., 2017, Curitiba, **Anais [...]**. Curitiba: Educare, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340535014_CONCEPCOES_DE_ITINERARIOS_FORMATIVOS_A_PARTIR_DA_RESOLUCAO_CNECEB_N_062012_E_DA_LEI_N_134152017. Acesso em: 24 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Grade curricular do curso de pedagogia – 2013**. Uberlândia, Faculdade de Educação, 2020. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/system/files/conteudo/grade_curricular_2013-pdf.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

VIDA E DINHEIRO. **6ª Semana Nacional de Educação Financeira**: resultados integrais. Brasília: ENEF, 2019. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Relatorio-Semana-ENEF-2019.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

VIDA E DINHEIRO. **Para crianças e jovens**. Brasília: ENEF, 2017. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/para-criancas-e-jovens/>. Acesso em 21 fev. 2021.

ANEXOS

Anexo 01 – Grade curricular do curso de pedagogia -2013

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA - 2013

1º ano		2º ano		3º ano		4º ano	
Projeto Integrado de Prática Educativa 1 (PIPE 1) GPE001		Projeto Integrado de Prática Educativa 2 (PIPE 2) GPE007		Seminário de Prática Educativa GPE014		Políticas e Gestão da Educação GPE028	
04	120	04	120	-----	020	04	120
Didática 1 GPE002		Didática 2 GPE008		Estágio Supervisionado 1 (Docência na Educação Infantil e Gestão Escolar) GPE015		Estágio Supervisionado 2 (Docência nas Series Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Escolar) GPE021	
03	090	03	090	T-060	P-090	T-120	P-300
Sociologia da Educação CSO051		Psicologia da Educação 1 GPE009		Psicologia da Educação 2 GPE016		Sociedade, Trabalho e Educação GPE022	
03	090	04	120	04	120	03	090
História da Educação 1 GPE004		História da Educação 2 GPE010		Filosofia GF1172		Filosofia da Educação GPE023	
03	90	03	090	03	090	04	120
Metodologia de Ensino de Matemática GPE005		Metodologia de Ensino de História e Geografia GPE012		Metodologia de Ensino de Ciências GPE019		Educação Especial GPE024	
04	120	04	120	04	120	03	090
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa GPE006		Princípios e Métodos de Alfabetização GPE011		Educação Infantil GPE020		Currículo e Culturas Escolares GPE025	
04	120	03	090	04	120	04	120
Princípios e Organização do Trabalho Pedagogo 1 (POTP 1) GPE013		Princípios e Organização do Trabalho Pedagogo 2 (POTP 2) GPE018		Princípios e Organização do Trabalho Pedagogo 3 (POTP 3) GPE027		Educação de Jovens e Adultos GPE026	
04	120	04	120	03	090	03	090
				Optativa			
				02		060	
				LIBRAS Língua Brasileira de Sinais)			
				02		060	

Observações:

- Além dessas disciplinas estão programadas 220 horas de formação acadêmico-científico-cultural, as quais devem ser desenvolvidas também no extra-turno (carga horária não incluída no turno de aula), por meio de atividades específicas, conforme tabela em anexo.
- No 4º ano estão previstas o cumprimento de 10 horas semanais, no extra-turno para realização do Estágio Supervisionado 2.
- O aluno deve cursar a disciplina LIBRAS no extra-turno até a reforma curricular, quando a mesma será incluída no turno de aula.

Carga Horária total do curso: 3.530 horas

Disciplinas Optativas

1	GPE035	Análise de Dados em Educação	10	GPE040	Linguagem, Saber e Processos de Arte Educação
2	GPE032	Concepções de Criança na Modernidade	11	GPE041	Imagário da Criança e Linguagens
3	GPE036	Corpo e Educação	12	GPE042	Monografia 1
4	GPE037	Educação Ambiental	13	GPE043	Monografia 2
5	GPE038	Educação e Saúde	14	GPE044	Mudança Social, Trabalho e Educação
6	GPE029	Educação e Sexualidade	15	GPE045	Pensamento Pedagógico Brasileiro
7	GPE039	Expressão Lúdica	16	GPE046	Construção do Discurso Escrito
8	GPE031	Introdução à Educação à Distância	17	GPE033	Racismo e Educação: Desafios para a Formação Docente
9	GPE034	Introdução à Informática na Educação	18	GPE047	Tópicos Básicos em Pedagogia Empresarial